



RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2022



RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2022

AGENDAS 2030 & 2063



2023

Instituição	Instituto Nacional de Estatística
Presidente	João de Pina Mendes Cardoso
Vice-Presidente	Fernando Lopes Rocha
Vogal do CD	Annie Pereira Tavares Sanches
Departamento/Divisão	Gabinete de Planeamento e Seguimento
Edição	Instituto Nacional de Estatística Rua da Caixa Económica, nº 18, Cx. Postal 116, Praia Tel.: +238 261 38 27 Fax: +238 261 16 56 Email: inecv@ine.gov.cv
Para mais informações	Nereida Moreira Tel: (238) 261 3960 / 3827 Fax: (238) 261 1656 Email: nmoreira@ine.gov.cv
Data Publicação	Julho 2023
Apoio ao utilizador	Gabinete de Comunicação, Difusão e Cooperação Email : difusão.ine@ine.gov.cv
© Copyright 2023	Instituto Nacional de Estatística

ÍNDICE

ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA	4
ODS 2 – ERRADICAR A FOME	9
ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE	12
ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	22
ODS 5 – IGUALDADE DO GÊNERO	26
ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	31
ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	33
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO	35
ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	42
ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES	48
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	51
ODS 12 - ASSEGURAR PADRÕES DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS	52
ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA	53
ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA	54
ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE	55
ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	59
ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO	65
OBJETIVO 1 ÁFRICA 2063 - UM PADRÃO DE VIDA ELEVADO, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA TODOS OS CIDADÃOS	73
OBJETIVO 2 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS BEM-EDUCADOS E REVOLUÇÃO DE COMPETÊNCIAS APOIADAS PELA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	77
OBJETIVO 3 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS SAUDÁVEIS E BEM NUTRIDOS	79
OBJETIVO 4 ÁFRICA 2063 - ECONOMIAS TRANSFORMADAS E CRIAÇÃO DE EMPREGO	81
OBJETIVO 6 ÁFRICA 2063 - ECONOMIA AZUL / OCEANO PARA UM CRESCIMENTO ECONÔMICO ACELERADO	83
OBJETIVO 7 - ECONOMIAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	84
OBJETIVO 10 ÁFRICA 2063 – ÁFRICA COM INFRAESTRUTURAS CRUZADAS DE CLASSE MUNDIAL	85
OBJETIVO 11 ÁFRICA 2063 – VALORES DEMOCRÁTICOS, PRÁTICAS, PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DOS DIREITOS HUMANOS, DA JUSTIÇA E DO ESTADO DE DIREITO BEM ESTABELECIDOS	86
OBJETIVO 12 ÁFRICA 2063 - INSTITUIÇÕES ADEQUADAS E LIDERANÇA TRANSFORMADORA IMPLEMENTADAS	87
OBJETIVO 17 – PLENA IGUALDADE DE GÊNERO EM TODAS AS ESFERAS DA VIDA	88
OBJETIVO 18 ÁFRICA 2063 – JOVENS E CRIANÇAS ENVOLVIDOS E CAPACITADOS	89
OBJETIVO 19 ÁFRICA - ÁFRICA COMO PARCEIRO IMPORTANTE NOS ASSUNTOS GLOBAIS E COEXISTÊNCIA PACÍFICA	90
OBJETIVO 20 ÁFRICA 2063 – A ÁFRICA ASSUME PLENA RESPONSABILIDADE DE FINANCIAR O SEU PRÓPRIO DESENVOLVIMENTO	92

ENTIDADES PARCEIRAS

Agência de Aviação Civil (AAC)
Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS)
Agência de Regulação Multisectorial da Economia (ARME)
Banco de Cabo Verde (BCV)
Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS)
Comissão Nacional de Eleições (CNE)
Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)
Direção Nacional do Ambiente (DNA)
Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária (DGVSR)
Direção-Geral do Emprego (DGE)
Direção-Geral do Trabalho (DGT)
Direção-Geral da Política da Justiça (DGPJ)
Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR)
Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)
Inspeção-Geral do Trabalho (IGT)
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)
Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
Ministério da Administração Interna (MAI)
Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)
Ministério da Educação (ME)
Ministério da Justiça e Trabalho (MJT)
Ministério da Saúde (MS)
Ministério das Finanças (MF)

APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Estatística (INE), no âmbito das suas atribuições, responsabilidades e compromissos, quer nacionais quer internacionais, elabora e apresenta o sexto relatório estatístico referente às agendas internacionais (ODS 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Agenda Africana 2063), respeitando os princípios e alinhamento das instituições e organizações internacionais.

O INE-CV assume tal responsabilidade, na qualidade de órgão executivo central de produção e difusão de estatísticas oficiais, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (artigo 24º, da lei nº 48/IX/2019).



Tal como as anteriores, esta publicação representa o trabalho conjunto do INE, dos demais órgãos produtores de estatísticas oficiais, e, também, de outras instituições públicas que produzem estatísticas oficiais no país.

O presente relatório reflete o estado atual do país em matéria de cumprimento das duas principais agendas internacionais, possibilitando as entidades nacionais e internacionais com responsabilidade de fazer o acompanhamento e seguimento das referidas agendas, ter elementos que lhes permite fazer corretamente o devido seguimento.

Com esta publicação, o INE cumpre, assim, a sua missão de produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade sobre a realidade cabo-verdiana em matéria de cumprimento das agendas internacionais.

O INE aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração de todos os profissionais e instituições nacionais e internacionais que, direta ou indiretamente, contribuíram para a publicação deste Relatório.

Nota: Tendo em conta que após a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação 2021 foi feita a retroprojeção da população de Cabo Verde 2010-2021 e as projeções demográficas de Cabo Verde 2021-2040 e também foi feita a retropolação das contas nacionais de Cabo Verde com o novo ano base (ano de referência 2015), alguns indicadores foram recalculados e por isso apresentam valores diferentes dos que estão nos relatórios anteriores.

Alinhamento das Agendas	
 <p>OBJETIVOS DA AGENDA 2030 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p>	 <p>Agenda 2063</p>
<p>1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo</p> <p>2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.</p> <p>8. Promover crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.</p> <p>11. Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p>	<p>1. Um Padrão de Vida elevado, Qualidade de Vida e Bem-Estar para todos os Cidadãos.</p>
<p>4. Garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p>	<p>2. Cidadãos bem-educados e revolução de Competências, apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação.</p>
<p>3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.</p>	<p>3. Cidadãos saudáveis e bem nutridos.</p>
<p>8. Promover crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.</p> <p>9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e promover a inovação.</p>	<p>4. Economias transformadas.</p>
<p>2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável.</p>	<p>5. Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção.</p>
<p>14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>6. Economia azul / oceano para um crescimento económico acelerado.</p>
<p>6. Garantir a disponibilidade e o gerenciamento sustentável da água e saneamento para todos.</p> <p>7. Garantir acesso á energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos.</p> <p>13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e os seus impactos.</p> <p>15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerenciar florestas de forma sustentável, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p>	<p>7. Economias ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas.</p>
<p>NA</p>	<p>8. Estados Unidos da África (Federais ou Confederados).</p>
<p>NA</p>	<p>9. Instituições Financeiras e Monetárias Continentais implementadas e funcionais.</p>
<p>9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e promover a inovação.</p>	<p>10. África com infraestruturas cruzadas de classe mundial.</p>
<p>16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>	<p>11. Valores democráticos, práticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do Estado de direito bem estabelecidos.</p>
<p>16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>	<p>12. Instituições capazes e liderança transformadora implementadas.</p>
<p>16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>	<p>13. Preservação da Paz, Segurança e Estabilidade.</p>
<p>NA</p>	<p>14. Uma África Estável e Pacífica</p>
<p>NA</p>	<p>15. Uma APSA totalmente funcional e operacional</p>
<p>NA</p>	<p>16. Renascimento Cultural Africano é preeminente.</p>
<p>5. Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas.</p>	<p>17. Plena Igualdade de Gênero em Todas as Esferas da Vida.</p>
<p>4. Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>5. Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas.</p>	<p>18. Jovens e crianças engajadas e empoderadas.</p>
<p>17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>19. África como parceiro importante nos assuntos globais e coexistência pacífica.</p>
<p>10. Reduzir a desigualdade dentro e entre países.</p> <p>17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>20. África assume plena responsabilidade de financiar o seu próprio Desenvolvimento.</p>

Fonte: <https://au.int/en/agenda2063/sdgs>

Agenda 2030 & 2063

Estado dos Indicadores Estatísticos em Cabo Verde

Agenda 2030

11,3% GLOBAIS/NÃO SE APLICA

42,0% PRODUZIDOS

46,8% NÃO PRODUZIDOS



Agenda 2063

21,1% REGIONAIS/NÃO SE APLICA

71,9% PRODUZIDOS

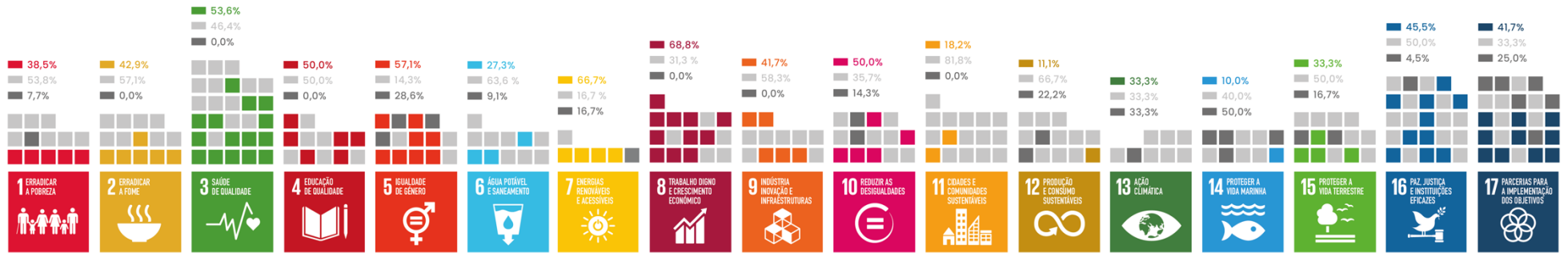
7,0% NÃO PRODUZIDO



Estado dos Indicadores Estatísticos em Cabo Verde



Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Estatística por Objetivo



Com cor/with color - Produzidos/Produced

■ Não produzido/Not produced

■ Global/não se aplica/Not applicable



Agenda 2063 para África



Com cor/with color - Produzidos/Produced

■ Não produzido/Not produced

■ Global/não se aplica/Not applicable



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Indicador 1.1.1. Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional por sexo, grupo etário, condição perante o trabalho e meio de residência.

Estima-se que em 2022, 14,6% da população em Cabo Verde vivia abaixo da linha de pobreza internacional.

Tabela 1 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (menos de 2,15 dólares por dia)

Ano	Incidência de Pobreza
2015	28,2
2016	25,3
2017	21,5
2018	20,0
2019	19,6
2020	19,9
2022	14,6

Fonte: INE – Estimação da pobreza

Indicador 1.2.1. Proporção da população que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo e idade

Estima-se que em 2022, 28,1% da população em Cabo Verde vivia abaixo da linha de pobreza nacional.

Tabela 2 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional

Ano	Incidência de Pobreza
2015	35,2
2016	31,8
2017	30,0
2018	28,9
2019	27,7
2020	31,3
2022	28,1

Fonte: INE – Estimação da Pobreza



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Indicador 1.3.1. Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com incapacidade, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.

Cabo Verde tem vindo ao longo dos anos, a pautar-se por políticas de proteção social cada vez mais abrangentes, contribuindo para a redução das desigualdades, redução da pobreza extrema e um desenvolvimento sustentável, traduzindo num aumento da população coberta por pelo menos uma prestação de proteção social, nos últimos anos.

A cobertura efetiva da população, passou de 43,6% em 2016 (231 728 pessoas) para 51,4%, em 2020, ano em que 286 006 pessoas receberam pelo menos uma prestação pecuniária de proteção social, seja ela proveniente do sistema contributivo ou do regime não contributivo.

O nível da cobertura efetiva da população em Cabo Verde, está acima da média mundial, situando-se em 46,9% em 2020. A nível do continente africano, a cobertura efetiva foi estimada em 17,4%, sendo 13,7% na África Subsaariana (OIT, 2021).

A cobertura da proteção social é assegurada na sua grande maioria: 88% em 2020, por prestações de proteção social do regime contributivo. Pelo piso / regime de proteção social não contributivo, gerido pelo CNPS, foram abrangidos 12% da população coberta com pelo menos uma prestação social.

À semelhança dos anos anteriores, em 2020, as mulheres apresentaram uma maior cobertura, com 54,6% cobertas por pelo menos uma prestação de proteção social, contra 48,1% dos homens.

Considerando o ano de 2020 e os tipos de proteção social, regista-se que:

- As prestações familiares ou por crianças a cargo, abrangeram cerca de 42,3% das crianças menores de 15 anos. A nível mundial, a cobertura é estimada em 26,4% no mesmo período;
- As prestações pecuniárias na maternidade, foram concedidas a 23,1% das mães de recém-nascidos registados. A nível mundial, a proteção na maternidade é de 44,9%;
- As prestações por invalidez chegaram a 52,7% das pessoas com deficiência grave. A nível mundial, esta cobertura é de 33,5%;
- A prestação de desemprego, recentemente instituída (2018), beneficiou 7,3% do total dos desempregados a nível nacional. A nível mundial, estima-se que 18,6% dos desempregados beneficiaram de uma proteção pela perda de emprego involuntário; e
- Cerca de 69,8% da população idosa com 60 anos ou mais, beneficiou de pelo menos uma prestação pecuniária (velhice, invalidez ou sobrevivência). A nível mundial este indicador é de 77,5%.



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



Figura 1 – Cobertura efetiva da proteção social por sexo e por tipo de proteção. Cabo Verde, 2020

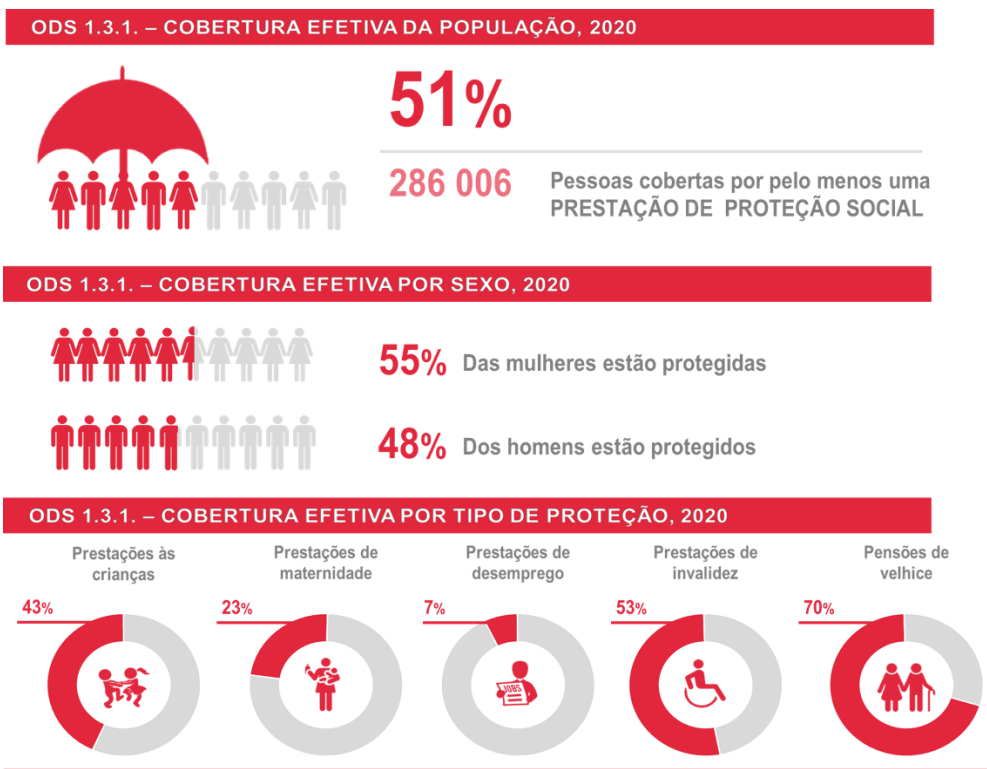
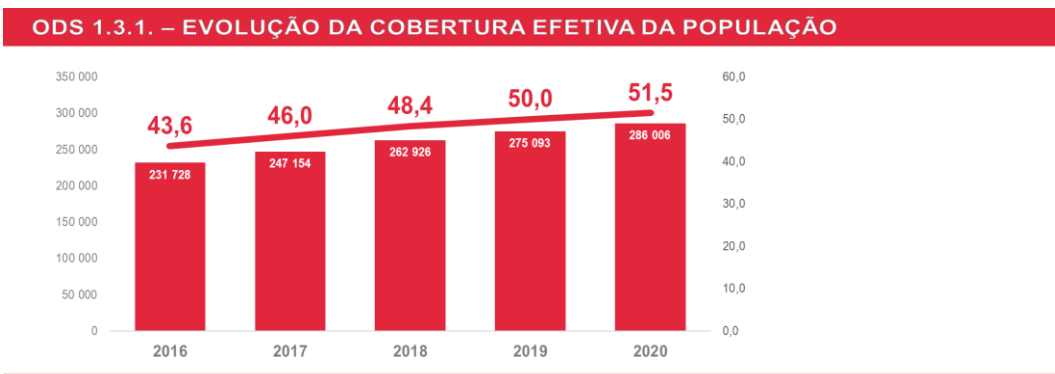


Figura 2 – Evolução da cobertura efetiva da proteção social. Cabo Verde, 2016-2020



Fontes: INE / CNPS/ INPS / BCV / MF. Cabo Verde, 2016-2020



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Tabela 3 – Proporção da população a receber pelo menos uma prestação de proteção social (%)

	2016	2017	2018	2019	2020
Proporção da população a receber pelo menos uma prestação social (%)					
Total	43,6	46,0	48,4	50,0	51,4
Masculino	43,4	45,3	46,9	48,5	48,4
Feminino	43,9	46,8	49,9	51,6	54,6
Regime contributivo (%)					
Total	39,6	42,0	44,0	45,8	45,1
Masculino	40,2	42,1	44,2	45,8	45,2
Feminino	39,0	41,8	43,8	45,7	45,1
Regime não contributivo (%)					
Total	4,0	4,1	4,4	4,3	6,3
Masculino	3,2	3,2	2,7	2,7	3,2
Feminino	4,9	4,9	6,0	5,9	9,5

Fontes: INE / INPS / CNPS / BCV / MF, CABO VERDE, 2016-2020

Tabela 4 – Proporção de crianças, 0-14 anos, a receber prestações familiares ou para crianças (%)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	32,9	35,6	38,8	41,5	42,3
Masculino	29,5	31,9	34,6	36,3	37,1
Feminino	36,5	39,7	43,4	47,4	48,1
Regime contributivo	32,7	35,5	38,7	41,3	42,1
Regime não contributivo	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2

Tabela 5 – Cobertura efetiva na maternidade

	2016	2017	2018	2019	2020
Proporção das mulheres que deram à luz no ano de referência, a receber uma prestação em dinheiro por maternidade (%)	13,1	15,9	19,7	23,0	23,1

Fontes: INPS / INE. Cabo Verde, 2016-2020

1) Informações provisórias: Ano 2018 atualizado face aos dados publicados no Relatório Estatísticas Vitais 2006-2018 e 2019- 2020 (são provisórios)

Tabela 6 – Proporção do total de desempregados (15-64 anos) a beneficiar de subsídio de desemprego (%)

	2018	2019	2020
Total	0,9	3,3	7,3
Feminino	0,7	3,4	7,1
Masculino	1,1	3,3	7,5

Fontes: INPS / INE, Cabo Verde, 2018-2020



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Tabela 7 – Cobertura efetiva na invalidez (estimativa)

	2016	2017	2018	2019	2020
Proporção de pessoas com incapacidade/deficiência severa, a receber prestação em dinheiro por invalidez (nos regimes contributivos e não contributivos) ¹ (%)	51,8	50,6	45,3	52,4	52,7

Fontes: INE/INPS/CNPS, 2016-2020

Tabela 8 – Proporção da população de 60 anos ou mais a receber uma prestação de proteção social (%)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	70,9	72,3	72,6	66,3	69,8
Masculino	80,7	85,4	70,8	64,2	65,8
Feminino	64,5	64,3	73,7	67,8	72,7
Cobertura pelo regime contributivo					
Total	33,2	34,6	35,0	33,0	34,9
Masculino	43,8	46,9	45,0	39,7	40,8
Feminino	26,2	27,0	28,4	28,2	30,5
Cobertura pelo regime não contributivo					
Total	37,7	37,7	37,5	33,3	34,9
Masculino	36,8	38,4	25,8	24,5	25,0
Feminino	38,3	37,3	45,3	39,6	42,2

Fontes: INPS / CNPS / BCV / INE. Cabo Verde, 2020

Indicador 1.4.1 Proporção da população residente que habita em alojamentos com acesso a serviços básicos (%)

Tabela 9 – Proporção da população residente que habita em alojamentos com acesso a serviços básicos (%)

	Ambos os sexos	Masculino	Feminino
Cabo Verde	55,7	54,6	56,8
Meio de residência			
Urbano	48,5	47,3	49,6
Rural	7,2	7,3	7,2

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 2021

¹ Valor estimado com base na proporção do Censo 2010, que era de 1,9% da população total



2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



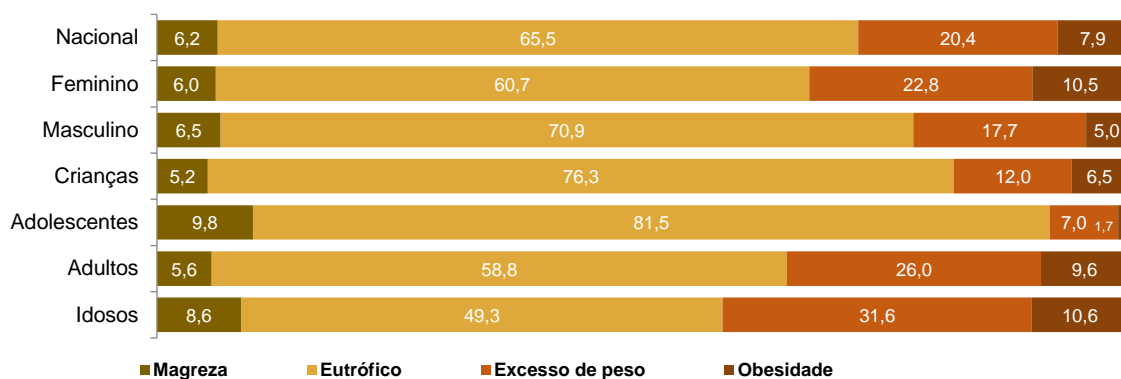
ODS 2 – ERRADICAR A FOME

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Indicador 2.1.1. Prevalência da subnutrição

Como *proxy* para este indicador, a análise do estado nutricional da população cabo-verdiana permite avaliar o nível da prevalência da subnutrição, assim como, do excesso de peso e obesidade, consequências de estilos de vida sedentários e alimentação desadequada. Em 2015, os resultados do IDRF estimaram que cerca de 6,2% da população apresentava estado de magreza, 20,4% excesso de peso e 7,9% obesidade.

Gráfico 1 – Estado Nutricional² da população Cabo-verdiana em % (2015)



Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

Indicador 2.1.2. Prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa na população residente (de acordo com a FIES, escala de insegurança alimentar da FAO)

Tabela 10 – Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave (%)

ANOS	Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave	Prevalência de insegurança alimentar grave
2018	0,377	0,096
2019	0,338	0,066
2020	0,360	0,038
2021	0,386	0,061
2022	0,321	0,056

Fonte: Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018-2022)

² Nota: (1) A classificação do IMC (Índice de Massa Corporal) segundo a OMS (utilizou-se o z-score de IMC nos indivíduos com idades compreendidas [0 aos 19] anos e classificação do IMC para adultos para os indivíduos com idades superiores a 19 anos); Faixa etária: Crianças (≤11 anos de idade); Adolescentes (12 aos 17 anos de idade); Adultos (18 aos 64 anos de idade); Idosos (≥65 anos de idade);



Indicador 2.2.1. Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade.

Em 2022, registou-se uma prevalência de desnutrição crónica de 10,2% nas crianças menores de 5 anos (59 meses), sendo 9,4% nas do sexo feminino e 11,1% nas do masculino. O atraso de crescimento é mais acentuado nas crianças de 24 ou mais meses (10,8%) e comparativamente ao meio de residência, é notória a diferença de 5,3% entre urbano e rural.

Tabela 11 – Prevalência de atraso no crescimento nas crianças com menos de 5 anos (%)

Total de crianças menores de 5 anos (59 meses)							
Anos	Desnutrição crónica	Grupo de idade		Sexo		Meio residência	
		< 24	≥ 24	Feminino ♀	Masculino ♂	Urbano	Rural
2015	11,8	15,7	9,7	9,8	13,6	11,3	11,2
2018	11	13,3	9,4	11,9	10,1	10,5	12
2019	13,8	15,9	12,2	14,2	13,3	15,3	11,2
2022	10,2	9,2	10,8	9,4	11,1	8,5	13,8

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) (2015); Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018-2022)

Indicador 2.2.2. Prevalência de malnutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (baixo peso e excesso de peso)

Tabela 12 – Prevalência de desnutrição aguda e pré-obesidade nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (%)

Total crianças menores 5 anos (59 meses)	Anos	Grupo de idade		Sexo		Meio residência		
		< 24	≥ 24	Feminino ♀	Masculino ♂	Urbano	Rural	
PRÉ-OBESIDADE	2015	8,9	15,9*	5	7,8	9,8	8,2	10,8*
	2018	6,0	7,7	5	5,2	6,8	5,9	6,3
	2019	5,9	5,7	5,8	5,9	5,8	6,8	4,3
	2022	7,4	0,8	5,4	7,9	7,1	8,1	7,7
DESNUTRIÇÃO AGUDA	2015	3,0	3,7	2,7	3,0	3,1	3,1	3,3
	2018	4,4	2,1	6	2,3	6,4	4,9	3,5
	2019	5,9	6,6	5,3	5,1	6,8	7,4	3,4
	2022	3,8	6,4	8,1	3,7	3,8	4,7	2,0

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) (2015); Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018-2022)



2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



Indicador 2.2.3. Prevalência de anemia em mulheres de 15 a 49 anos, segundo o estado de gravidez

Tabela 13 – Percentagem de mulheres de 15-49 anos consideradas anémicas, segundo a situação perante a gravidez

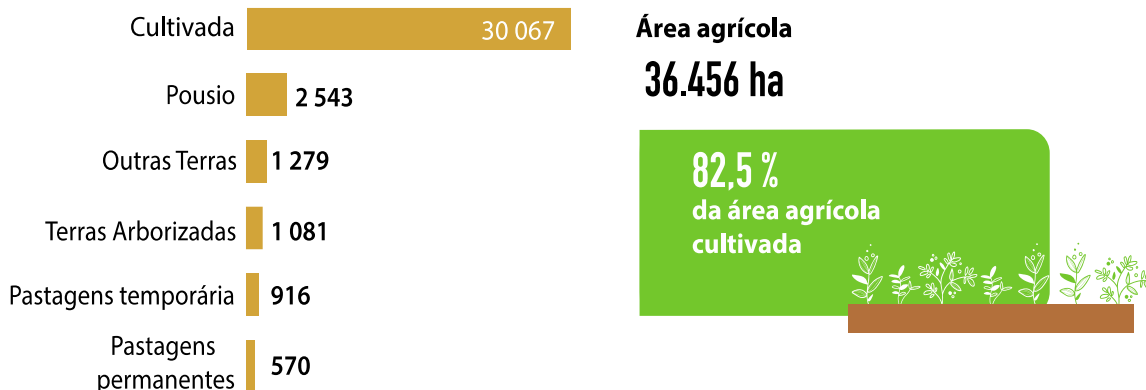
Anemia segundo o nível de hemoglobina					
Caraterísticas sociodemográficas	Anemia (NG <12.0 g/dl / G <11.0 g/dl)	Ligeira (NG11.0-11.9 g/dl / G 10.0-10.9 g/dl)	Moderada (NG 8.0-10.9 g/dl / G 7.0-9.9 g/dl)	Severa (NG < 8.0 g/dl / G < 7.0 g/dl)	Efetivo de mulheres
Grávida	22,5	11,7	10,8	0,0	116
Amamentando	17,0	10,2	6,8	0,0	266
Nem um, nem outro	21,0	12,8	7,8	0,4	2,326
Total	20,6	12,5	7,8	0,3	2,708

Fonte: INE, III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva (III DSR) (2018)

Indicador 2.4.1. Proporção da SAU (Superfície Agrícola Utilizada) afeta a práticas agrícolas produtivas e sustentáveis

Em 2015, segundo os dados do V Recenseamento Geral da Agricultura, em Cabo Verde havia 36.456 ha de área agrícola, da qual 82,5% eram cultivadas.

Gráfico 2 – Área/Superfície agrícola, por tipo de utilização



Fonte: MAA – V Recenseamento Geral da Agricultura 2015



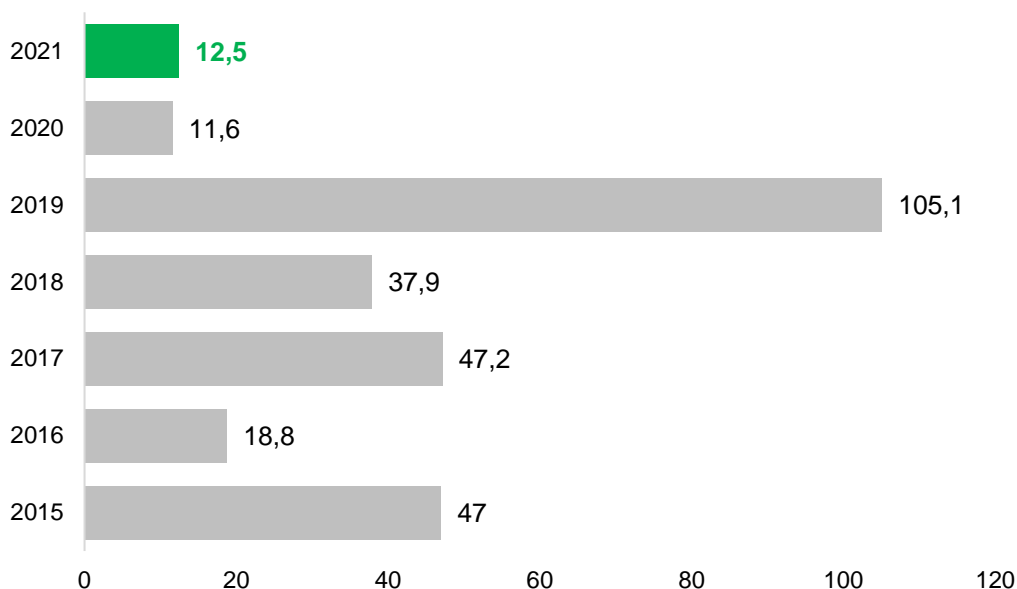
ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

Indicador 3.1.1 Taxa de mortalidade materna por 100 000 nascidos vivos

A taxa de mortalidade materna, no período em análise, conheceu uma oscilação acentuada, como se pode constatar no gráfico 3, sendo considerado um indicador volátil se tivermos em conta o número de óbitos maternos que lhe está subjacente. Em 2021, a taxa foi de 12,5 por 100 000 nascidos vivos, o segundo valor mais baixo registado, seguido do ano 2020, em que foi de 11,6 por 100 000 nascidos vivos.

Gráfico 3 – Taxa Mortalidade Materna por 100 000 nascidos vivos



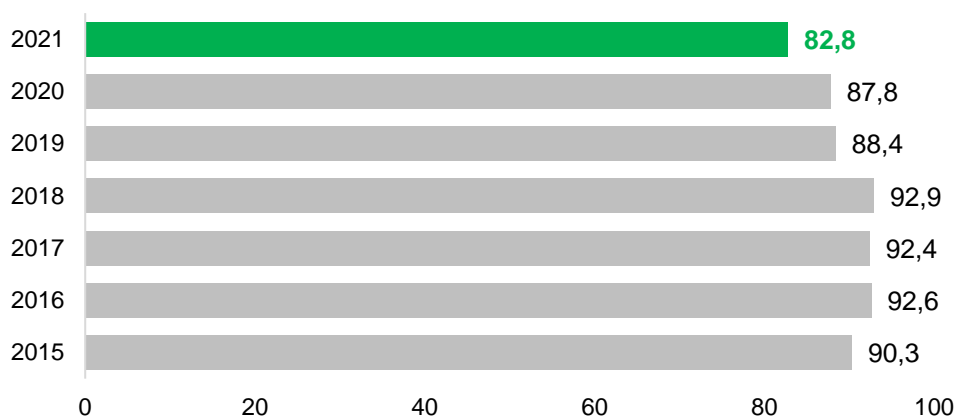
Fonte: Ministério da Saúde

Indicador 3.1.2 Proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado

De acordo com as estimativas do Ministério da Saúde, a proporção de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde foi de 82,8% em 2021. Registou-se uma diminuição significativa de 5,0 p.p. face ao ano de 2020 (87,8%), depois de um período de crescimento da proporção de nascimentos assistidos por profissionais de saúde.



Gráfico 4 – Proporção de nascimentos (nados vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado - médicos e enfermeiros

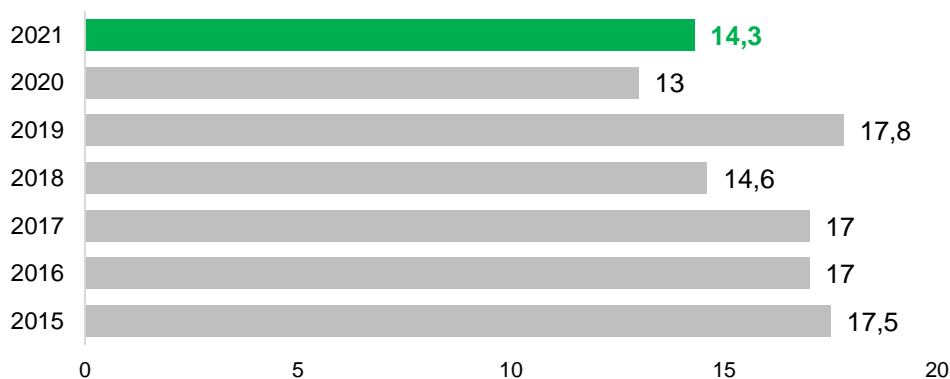


Fonte: Ministério da Saúde

Indicador 3.2.1 Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos

É de salientar que ao longo da série, a taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos apresenta os valores abaixo dos fixados para a meta de 2030 (de 25 por 1 000 nados vivos), tendo registado uma tendência de redução nos primeiros quatro anos da série. Em 2019 registou-se um aumento até 17,8, após o qual, a taxa voltou a diminuir em 2020 e 2021 para 13 e 14,3, respetivamente.

Gráfico 5 – Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos por 1 000 nados-vivos



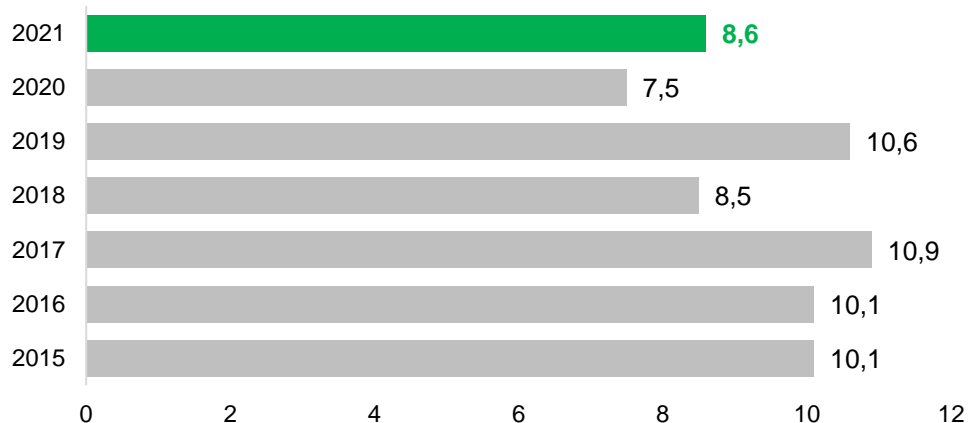
Fonte: Ministério da Saúde

Indicador 3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal por 1 000 nados-vivos

A taxa de mortalidade neonatal, ou seja, o número de óbitos de crianças entre 0 e 27 dias por cada mil nascidos vivos, evidenciou uma diminuição em 2021 face a 2015, apresentando valores abaixo da meta fixada para 2030 (de 12 por 1 000 nados-vivos). Em 2021, registou-se um ligeiro aumento face a 2020, com uma taxa de mortalidade neonatal de 8,6 por 1 000 nados-vivos.



Gráfico 6 – Taxa de Mortalidade Neonatal por 1 000 nados-vivos



Fonte: Ministério da Saúde

Indicador 3.3.1 Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas

Em 2020, o número de novos casos de HIV representou uma taxa de 0,61 por 1 000 habitantes, sendo o valor mais baixo da série.

Quadro 1 – Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes

Anos	Nº de casos	Nº Casos HIH/1000 hab.	Masculino	Feminino	>18 M - 4 A	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65+	N/Especificado
2015	393	0,75	187	206	3	2	2	12	34	33	51	44	40	32	26	23	14	11	
2016	480	0,90	236	244	2	3	1	16	26	55	47	56	54	33	32	26	12	17	1
2017	480	0,89	250	230	3	5	3	11	30	49	60	65	39	54	30	33	31	22	
2018	503	0,92	241	262	1	3	1	17	28	50	81	63	62	52	45	42	31	26	1
2019	344	0,62	163	181	1	2	1	12	22	26	44	48	44	41	29	31	22	21	
2020	339	0,61	165	174	1	1	1	3	15	32	39	53	51	41	37	29	15	16	5

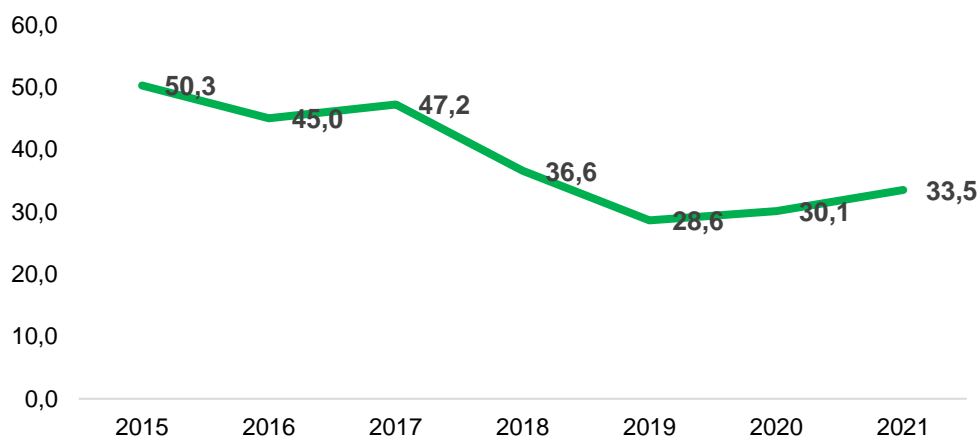
Fonte: Ministério da Saúde



Indicador 3.3.2 Taxa de incidência da tuberculose por 100 000 habitantes

Em 2021 registou-se uma taxa de incidência de 33,5 novos casos por 100 000 habitantes, tendo aumentado nos últimos dois anos comparativamente com o ano de 2019, em que foi a menor registada nos últimos cinco anos.

Gráfico 7 – Taxa de incidência da tuberculose por 100 000 habitantes

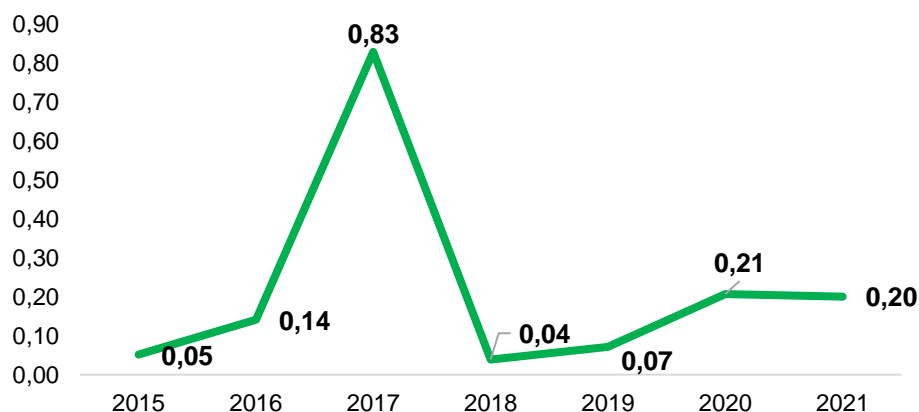


Fonte: Ministério da Saúde

Indicador 3.3.3 Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes

Em 2021, a taxa de incidência de malária em Cabo Verde foi de 0,20 por 1000 habitantes.

Gráfico 8 – Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes



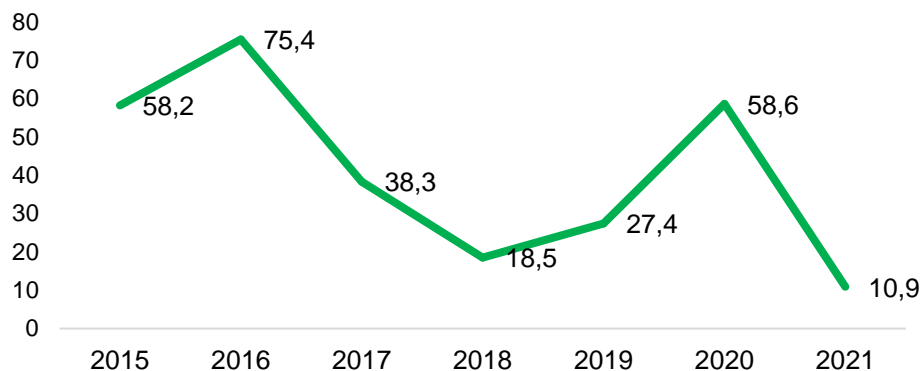
Fonte: Ministério da Saúde



Indicador 3.3.4 Taxa de incidência da hepatite B por 100 000 habitantes

A taxa de incidência de Hepatite B registou uma diminuição acentuada de 2016 a 2018, tendo sofrido em 2020 um aumento considerável face a 2018 e um grande decréscimo em 2021, situando-se em 10,9 por 100 000 habitantes com hepatite B.

Gráfico 9 – Taxa de incidência da Hepatite B por 100 mil habitantes, Cabo Verde



Fonte: Ministério da Saúde

Indicador 3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes *mellitus* e doenças crónicas respiratórias.

No que diz respeito a este indicador, só se apresentam os dados de 2019. As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a principal causa de mortalidade, com uma taxa de 157,9 por 100 000 habitantes, sendo superior entre as mulheres (174,1), comparativamente aos homens (141,9). Como segunda causa de morte, encontram-se as afeções respiratórias, com 74,3 por 100 000 habitantes. Os tumores ou neoplasias são a terceira causa de morte, correspondente a 61,2 por 100 000 habitantes em 2019.

Tabela 14 – Óbitos e Taxa de Mortalidade Geral, segundo género, por principais causas da mortalidade

Ano	Causas de óbito	CID	Doenças do aparelho circulatório	Afeções respiratórias	Tumores ou neoplasias	Infeções e parasitárias	Sintomas mal definidos	Causas externas	Traumatismos e envenenamentos	Afeções perinatais	Doenças do aparelho digestivo	Doenças metabólicas/nutricionais	D. do aparelho genitório urinário	Doenças mentais e comportamento	Doenças do sistema nervoso	Malformações congénitas	D. da pele e do tecido subcutâneo	Gravidez Parto e puerpério	D. sangue e órgãos hematopoiéticos	D. sistema muscular	Covid_19	
			I00-I99	J00-J99	C00-D48	A00-B99	R00-R99	V01-Y98	S00-T98	P00-P96	K00-K93	E00-E90	N00-N99	F00-F99	G00-G99	Q00-Q99	L00-L99	O00-O99	D50-D89	M00-M99	U07	
2019	Total	Óbitos	869	409	337	299	201	105	108	102	102	96	37	24	30	26	5	11	10	0		
		Taxa	157,9	74,3	61,2	54,3	36,5	19,1	19,6	18,5	18,5	17,4	6,7	4,4	5,4	4,7	0,9	4	1,8	0		
	Masculino	Óbitos	394	220	197	149	101	93	93	93	55	60	58	18	24	19	15	1		5	0	
		Taxa	141,9	79,2	70,9	53,7	36,4	33,5	33,5	19,8	21,6	20,9	6,5	8,6	6,8	5,4	0,4			1,8	0	
	Feminino	Óbitos	475	189	140	150	100	12	15	47	42	38	19	0	11	11	4	11	5	0		
		Taxa	174,1	69,3	51,3	55	36,7	4,4	5,5	17,2	15,4	13,9	7	0	4	4	1,5	4	1,8	0		
2020	Total	Óbitos	944	393	340	264	261	121	113	75	83	75	55	41	37	14	12	7	11	0	112	
		Taxa	169,5	70,6	61,1	47,4	46,9	21,7	20,3	13,5	14,9	13,5	9,9	7,4	6,6	2,5	2,2	1,3	2	0	20,1	
	Masculino	Óbitos	461	228	203	145	118	104	103	42	52	32	36	37	24	7	4			4	1	67
		Taxa	163,7	81	72,1	51,5	41,9	36,9	36,6	14,9	18,5	11,4	12,8	13,1	8,5	2,5	1,4	0	1,4	0,4	23,8	
	Feminino	Óbitos	483	165	137	119	143	17	10	33	31	43	19	4	13	7	8	7	7	0	45	
		Taxa	175,4	59,9	49,8	43,2	51,9	6,2	3,6	12	11,3	15,6	6,9	1,5	4,7	2,5	2,9	2,5	2,5	0	16,3	

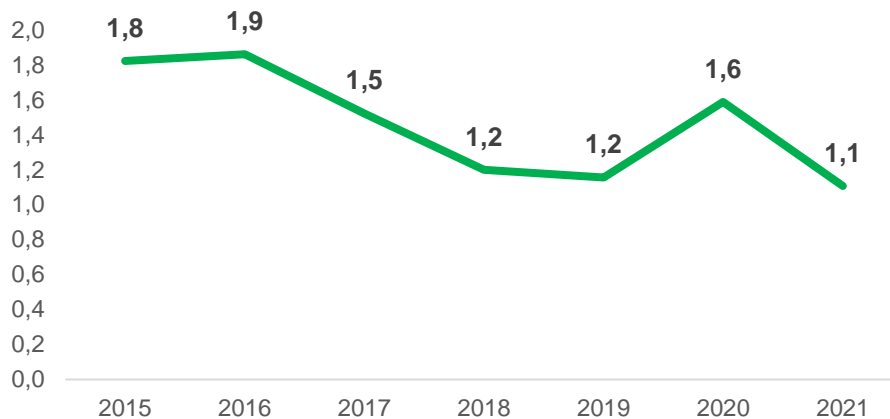
Fonte: SEVIR/Direção Nacional da Saúde / Ministério da Saúde
* Covid-19 não está contabilizada no grupo de infeções e parasitárias



Indicador 3.4.2 - Taxa de mortalidade por lesões auto provocadas intencionalmente (suicídio)

A taxa de mortalidade por lesões auto provocada intencionalmente vinha diminuindo de 2015 a 2019, tendo sofrido um aumento em 2020. Em 2021 voltou a descer face a 2020, tendo registado o valor mais baixo de toda a série (1,1%).

Gráfico 10 – Taxa de mortalidade por lesões auto provocadas intencionalmente (suicídio)

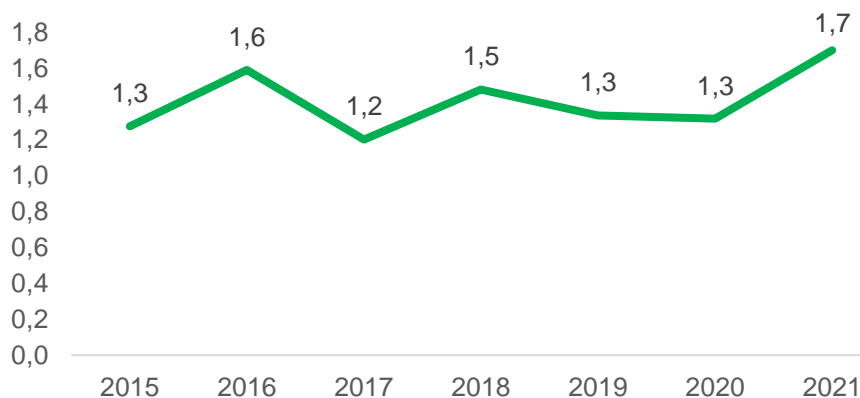


Fonte: Ministério da Saúde

Indicador 3.6.1. Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários

A taxa de mortalidade por acidentes rodoviários, entre 2015 e 2021, tem vindo a sofrer variações entre 1,3% e aproximadamente 1,7%.

Gráfico 11 – Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários



Fonte: MAI, MS, INE



Indicador 3.7.1 Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos de planeamento familiar modernos

Em 2018, a utilização da contraceção moderna nas mulheres, foi de 54,6%.

No que concerne à esterilização feminina, esta situou-se em 8,4%, a utilização de preservativo masculino, em 5,4%, o uso da pílula, em 20,9%, a percentagem de utilizadoras de injeções, em 14,8%, e a utilização do implante, 2,7%,

De acordo com a tabela que se segue, para os métodos tradicionais, o nível de utilização foi de apenas 1,1% em 2018. A percentagem de utilização do “coito interrompido” e da “abstinência periódica”, foram de 0,5% cada uma.

Tabela 15 – Proporção (%) de mulheres sexualmente ativas, com idade dos 15-49 anos, que usam um método contraceptivo moderno

Método	2018	2019	2020
Método moderno	43,0	37,4	35,3
Pílula	16,2	9,7	10,9
Esterilização feminina	4,5	0	0
Injeções	10,2	7,0	8,4
Preservativo Masculino	8,6	7,7	7,2
DIU	1,1	1,5	1,6
Implante	2,1	6,1	2,8
Outro tradicional	0,1	0	0

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

Indicador 3.7.2 Número de nados-vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários

De acordo com as estatísticas vitais, o número de nados-vivos de mães jovens adolescentes, de 15-19 anos, tem vindo a descer ao longo dos anos, desde 2016, ano em que se registou 67,8 nados-vivos registados por cada 1 000 jovens 15-19 anos. Em 2019, registou-se 55,0 nados-vivos por cada 1 000 jovens. Em 2020, registou-se 44 nados-vivos por cada 1000 jovens de 15-19 anos. Em 2019 e 2020 registou-se 55 e 44 nados vivos por cada 1 000 jovens, respetivamente.



Tabela 16 – Nados vivos registados por cada 1 000 jovens adolescentes, 15-19 anos

Anos	Nados vivos
2015	65,1
2016	67,8
2017	64,1
2018	60,1
2019	55,0
2020	44,3

12%

Mulheres, jovens adolescente, 15-19 anos declararam ter um filho (nado-vivo) – IDSR 2018

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

Segundo os dados do terceiro Inquérito demográfico e de saúde reprodutiva (IDSR III), realizado em 2018, a proporção das adolescentes do grupo etário de 15-19 anos que declararam já ter um filho (nado vivo), no momento do inquérito, foi de 12%.

Da tabela 18, nota-se que 4,2% dos jovens dos 15 aos 19 anos estavam grávidas do primeiro filho no momento do inquérito, com um aumento de 0,5 pontos percentuais em relação a 2005. Salienta-se, particularmente, uma maior proporção das jovens grávidas a partir dos 17 anos, sendo mais acentuada nas meninas de 18 anos de idade (7,3%) em 2018.

Tabela 17 – Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam estar grávidas do 1º filho, no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)

Grupo Etário	2005	2018
Total de Jovens 15-19 anos	3,7	4,2
19 anos	5,5	4,8
18 anos	5,0	7,3
17 anos	5,2	5,4
16 anos	1,8	1,6
15 anos	1,8	1,7

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

Indicador 3.8.1 Cobertura dos cuidados de saúde primários (definida como a cobertura média dos cuidados de saúde primários aferida por rastreios relativos à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto da população geral e das populações mais desfavorecidas).

A taxa de cobertura das consultas pré-natal, em 2020, registou um acréscimo, comparativamente ao ano de 2015, de 81,5% para 83,9% em 2019. Em relação à média das consultas de pré-natal, registou uma ligeira subida, passando de 4,5%, em 2015, para 4,6%, em 2020, portanto, com um aumento de 0.1 pontos percentuais. No que diz respeito às



consultas pós-parto, também se registou um aumento em 2020 comparativamente a 2015, de 33,0% para 49,9%, respetivamente.

Tabela 18 – Taxa de cobertura de consultas pré-natal e pós-parto, por enfermeiros

	Consultas Pré-natal		Consultas Pós-Parto
	Taxa cobertura 1ª consulta	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta
2015	81,5	4,5	33
2016	87,1	4,7	45,9
2017	89,5	4,9	46,5
2018	84,6	4,6	51,6
2019	86,5	4,6	56,5
2020	83,9	4,6	49,9

Fonte: Ministério da Saúde

A taxa de cobertura de consultas de crianças menores de 1 ano passou de 101,2%, em 2015, para 86,9%, em 2020. Quanto à média de consultas, entre 2015 e 2020, situou-se em 10 consultas por crianças.

Tabela 19 – Consultas de crianças menores de 1 ano

	Consultas de Crianças < 1 ano	
	Taxa cobertura da 1ª consulta	Média Consultas
2015	101,2	10,4
2016	94,8	10
2017	93,6	10,4
2018	86,9	10,2
2019	88,6	10
2020	86,5	8

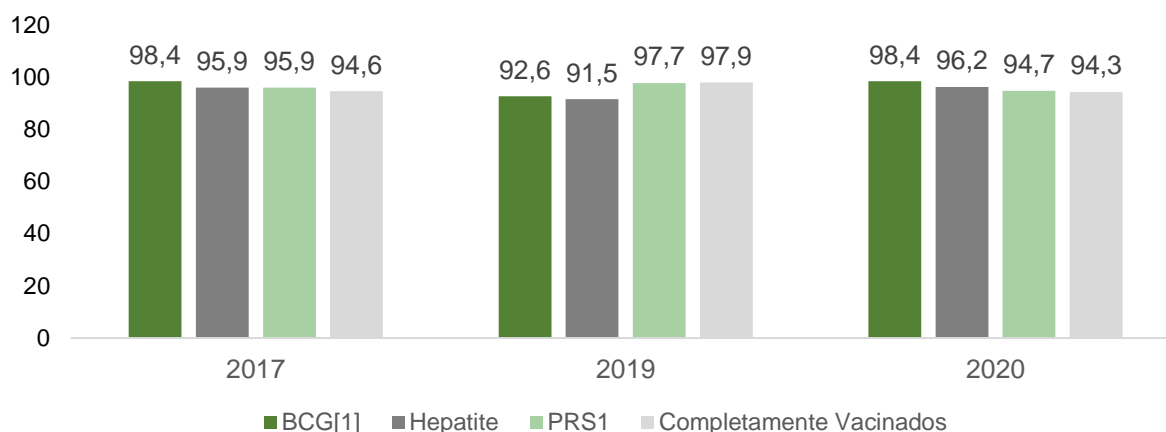
Fonte: Ministério da Saúde



Indicador 3. b.1. Taxa de cobertura vacinal da população relativamente às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação.

Em 2020, a proporção de crianças menores de um ano de idade (< 1 ano) completamente vacinadas foi de 94,3%. Relativamente à vacina BCG, a taxa de cobertura foi de 98,4%.

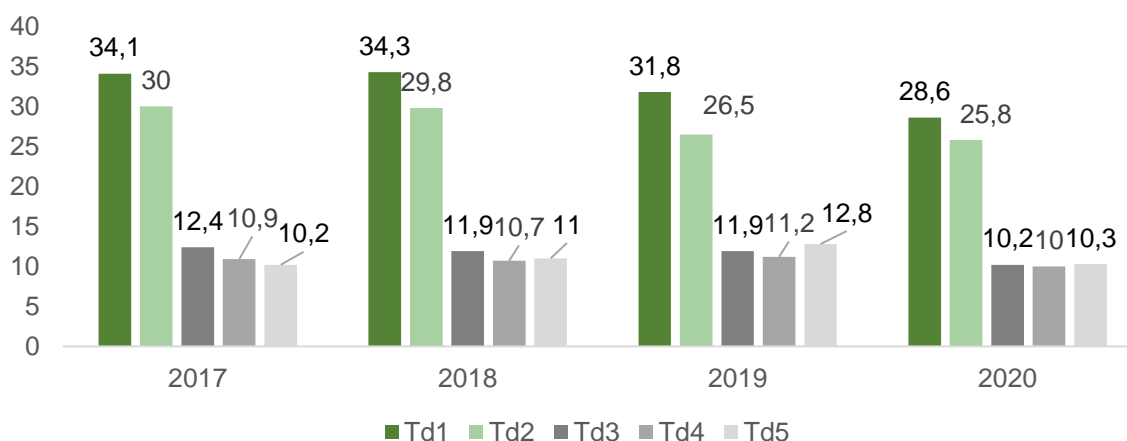
Gráfico 12 – Proporção de crianças menores de 1 ano de idade vacinadas, segundo tipos de vacina



Fonte: Ministério da Saúde

A vacina antitetânica é recomendada a partir do início da idade fértil, independentemente de a mulher estar grávida. O Gráfico 13 traduz as doses de vacinas aplicadas às grávidas entre 2017 a 2020.

Gráfico 13 – Cobertura vacinal de grávidas que receberam vacina de tétano e difteria



Fonte: SAISCAMH/SVIRE/DNS/MS



ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

Indicador 4.1.2 - Taxa de conclusão por nível de ensino (ensino básico - 6º ano; ensino básico obrigatório - 8º ano e ensino secundário - 12º ano)

No ano 2020, a taxa de conclusão por nível de ensino, registou o valor mais elevado no sexo feminino, principalmente, na porção dos jovens com idade compreendida entre 14-16 anos, situando-se nos 95,5%.

Tabela 20 – Taxa de conclusão por nível de ensino (ensino básico - 6º ano; ensino básico obrigatório - 8º ano e ensino secundário - 12º ano) – Ano 2020

	Proporção de jovens 14-16 anos com pelo menos o 6º ano concluído			Proporção de jovens 16-18 anos com pelo menos o 8º ano concluído			Proporção de jovens 20-22 anos com pelo menos o 12º ano concluído		
	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.
2020	92,2	89	95,5	79,9	74,8	85,3	31,4	26	37,1

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.2.2 Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.

A taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada oscilou ao longo do período em apreço, tendo o valor mais elevado sido registado no sexo feminino (90,7%), em 2015/16, e o mais baixo, em 2020/21 no sexo masculino, situando-se nos 70,2%.

Tabela 21 – Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo

ANOS	SEXO		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
2014/15	86,7	83,8	85,3
2015/16	87,4	90,7	89,0
2016/17	84,8	87,5	86,1
2017/18	82,8	84,6	83,7
2018/19	83,1	85,2	84,1
2019/20	83,2	88,1	85,6
2020/21	70,2	74,5	72,3
2021/22	88,9	87,8	87,3

Fonte: Ministério da Educação



Indicador 4.4.1 Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência (Ambos os Sexos).

De acordo com os resultados do Inquérito Multiobjetivo Contínuo, realizado no 4º trimestre de 2022, 21,4% da população residente referiu ter copiado ou movido ficheiros ou pastas, 85,9% utilizou os comandos para copiar e colar, para duplicar ou mover informação, representando assim, uma percentagem bastante expressiva da população com mais competências em termos de utilização das TIC.

Tabela 22 – Proporção da população com competências em utilização das TIC por tipo de competências

ANOS		Copiar ou mover ficheiros/pastas	Utilizar comandos para copiar e colar, para duplicar ou mover informação	Enviar emails com arquivos anexados	Transferir ficheiros entre computadores ou outros dispositivos	Utilizar fórmulas de operação matemáticas numa folha de cálculo (ex.: Excel)	Criar apresentações eletrónicas	Compactar ou zipar ficheiros	Instalar e ligar hardware (Impressora, modem, camaras)	Localizar, baixar, instalar e configurar software	Instalar ou substituir um sistema operativo (ex.: Windows)	Criar programa informático utilizando linguagem de programação	Outra atividade e que considere relevante
2018	Total	78,7	69,8	-	63,5	40,7	32,4	32,8	24,0	-	13,4	9,1	14,0
	Masculino	78,4	68,3	-	67,8	42,1	32,6	35,6	29,2	-	18,1	12,2	16,9
	Feminino	79,1	71,3	-	58,8	39,2	32,2	29,8	18,5	-	8,4	5,8	10,8
2019	Total	88,0	83,5	62,8	56,6	48,7	42,7	39,6	28,9	22,1	14,4	12,9	4,7
	Masculino	88,5	84,2	64,1	60,6	48,6	43,8	42,8	34,9	29,9	19,4	15,4	5,3
	Feminino	87,6	82,6	61,3	52,1	48,8	41,4	36,0	22,1	13,3	8,9	10,2	4,0
2022	Total	21,4	85,9	79,9	54,3	53,1	51,5	50,7	42,4	36,7	32,7	32,2	3,9
	Masculino	24,4	86,5	81,8	56,7	57,4	55,6	53,6	45,8	40,6	36,4	35,7	3,5
	Feminino	12,7	82,7	69,6	41,4	29,6	29,2	34,9	23,4	15,3	11,9	13,3	6,0

Fonte: INE, IMC - Acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação

Indicador 4.5.1. Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de riqueza e outros como estado de incapacidade, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.

A paridade da escolarização no ensino básico, demonstra que a participação dos rapazes nos anos em análise foi sempre superior à das meninas. Em 2021/2022, para cada 100 rapazes escolarizados, existiam 95 meninas também escolarizadas.

Tabela 23 – Índice de paridade (meninas/rapazes) da Taxa Bruta de Escolarização

Ano letivo	Índice de paridade da Taxa Bruta de Escolarização
2015/16	0,92
2016/17	0,92
2017/18	0,91
2018/19	0,93
2019/20	0,98
2019/20	0,94
2020/21	0,94
2021/22	0,95

Fonte: Ministério da Educação



O índice de paridade no acesso variou entre 0,95 e 1,05 no período em análise. Esta variação traduz-se em pequenas diferenças no acesso ao ensino básico em favor dos rapazes, nos anos letivos 2014/15, 2015/16, 2016/17 e 2018/19. Em 2017/2018, 2019/2020 e 2021/22 os rapazes e meninas tiveram igual acesso ao ensino básico.

Tabela 24 – Índice de paridade (meninas/rapazes) da taxa bruta de Admissão

Ano letivo	Índice de paridade na taxa bruta de Admissão
2014/15	0,96
2015/16	0,96
2016/17	0,95
2017/18	1,00
2018/19	0,99
2019/20	1,00
2020/21	1,05
2021/22	1,00

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.a.1 Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestruturas e materiais adaptados a estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH).

Segundo dados do Ministério da Educação, a proporção de escolas do ensino básico que possuíam eletricidade, em 2022, foi de 90,2%. Regista-se que 52,3% das escolas possuem computadores para fins pedagógicos. No entanto, apenas 31,2% têm internet para o mesmo fim. Quanto a escolas com instalações sanitárias, observa-se que 96,2% possuem-nas e 100,0% têm acesso a água potável.

Tabela 25 – Percentagem de escolas com eletricidade, internet, computadores, água potável e instalações sanitárias

ANOS	Escolas com eletricidade	Escolas com internet para fins pedagógicos	Escolas com computadores para fins pedagógicos	Escolas com acesso à água potável	Escolas com instalações sanitárias
2016	73,4	–	–	94,8	97,2
2017	76,5	9,5	40,8	97,1	98,5
2018	79,3	15,9	42,0	98,8	97,8
2019	84,3	18,0	32,2	97,0	99,0
2020	85,8	27,7	46,4	97,6	98,2
2021	90,1	30,7	50,5	100,0	92,7
2022	90,2	31,2	52,3	100,0	96,2

Fonte: Ministério da Educação



Indicador 4.c.1 Proporção de professores (a) na educação pré-escolar; (b) no primeiro e segundo ciclos do ensino básico; (c) no terceiro ciclo do ensino básico; e (d) no ensino secundário, que receberam pelo menos a formação básica de professores (por exemplo: formação pedagógica) antes ou durante o exercício da profissão requerida para lecionar num determinado nível de ensino, num dado país.

Da análise da tabela 26, constata-se que a maioria dos professores possui formação para lecionar nos ensinos básico e secundário.

Na educação pré-escolar, houve um aumento considerável tendo em conta os anos retroativos cujas percentagens dos profissionais de infância foram menos favoráveis, tendo o período ficado marcado por um crescimento nos últimos anos letivos, pese embora um ligeiro aumento (37,1) em 2020/21.

Tabela 26 – Professores com formação (%)

	Nível de instrução		
	Educação pré-escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário
2014/15	39,4	97,1	88,7
2015/16	30,4	97,6	90,3
2016/17	29,5	98,7	91,6
2017/18	29,6	97,4	98,5
2018/19	31,2	97,3	97
2020/21	37,1	95,3	98,2
2021/22	-	96,6	95,7

Fonte: Ministério da Educação



5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.

Indicador 5.1.1. Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género.

O ordenamento jurídico cabo-verdiano adota uma série de diplomas legais que promovem a igualdade entre homens e mulheres, quer no plano dos direitos consagrados, quer no do seu exercício efetivo, quer ainda no estabelecimento de normas que, reconhecendo a necessidade de superar situações de desigualdade, dão um tratamento afirmativo às mulheres. De salientar que o Código Laboral, o Código Civil/Família, a Lei Especial Contra a VBG, assim como a entrada em vigor dos princípios da CEDAO na ordem jurídica interna, assumem extrema importância no reforço do princípio de igualdade entre homens e mulheres. O Instituto Nacional para a Igualdade de Género (ICIEG) e as organizações não governamentais femininas são as instituições competentes para a promoção, implementação e o seguimento do quadro legal existente, respetivo à autonomia das mulheres e igualdade de género.

Indicador 5.2.1. Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos de idade ou mais que foram objeto de violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade.

Tabela 27 – Percentagem de mulheres de 15-49 anos, atualmente em união ou separadas/divorciadas/viúvas, que sofreram violências emocional, física ou sexual, cometidas por qualquer marido/parceiro, nos últimos 12 meses antes do inquérito

Caraterísticas sociodemográficas	Violência emocional	Violência física	Violência sexual	Física e sexual	Física e sexual e emocional	Física ou sexual	Física ou sexual ou emocional	Efetivo de mulheres em união ou em rotura de união
Idade								
15-19	(21,8)	(23,1)	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(23,1)	(24,4)	24
20-24	11,8	8,0	3,6	2,5	2,5	9,1	14,6	142
25-29	12,1	13,4	1,4	1,1	0,5	13,7	17,2	255
30-39	14,6	15,4	4,3	3,7	3,6	15,9	19,3	476
40-49	15,3	13,6	4,8	3,6	3,2	14,8	19,1	398
Meio de residência								
Urbano	15,1	15,2	3,9	3,2	2,8	15,9	19,9	956
Rural	11,5	9,7	3,3	2,5	2,5	10,5	14,1	339
Total	14,1	13,8	3,7	3,0	2,7	14,5	18,4	1,295

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

Nota1: as percentagens entre parênteses baseiam-se em 25-49 casos não ponderados

Nota2: qualquer marido ou parceiro. Inclui os atuais e os anteriores



5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Indicador 5.2.2. Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência.

A tabela 28 apresenta a proporção de mulheres e meninas que já sofreram diferentes formas de violência, por faixa etária. Em relação à violência física e sexual, é de realçar que há maior ocorrência desse tipo de violência na faixa etária dos 40-49 anos, com 4,9%.

Tabela 28 – Percentagem de mulheres de 15-49 anos que já sofreram diferentes formas de violência, por idade atual

Idade	Apenas violência física	Apenas violência sexual	Violência física e sexual	Violência física ou sexual	Efetivo de mulheres
15-19	1,8	2,0	0,1	3,9	365
15-17	1,3	1,2	0,0	2,5	230
18-19	2,7	3,3	0,1	6,2	135
20-24	3,8	2,2	1,5	7,6	428
25-29	9,5	2,7	1,2	13,4	446
30-39	12,5	5,4	3,9	21,9	624
40-49	10,8	2,9	4,9	18,6	492
Total	8.4	3,3	2,6	14.2	2,355

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

Indicador 5.3.1. Proporção de mulheres com idade entre os 20 e os 24 anos, que casaram ou viveram em união de facto, antes dos 15 anos e antes dos 18 anos.

Tabela 29 – Percentagem de mulheres que se uniram pela primeira vez até aos 15, 18, 20, 22, 25 anos, e idade mediana na primeira união, por grupos etários

Grupo etário	Percentagem de mulheres que se uniram pela primeira vez antes das idades específicas de:					Percentagem de solteiras (os)	Efetivo	Idade mediana na 1ª união
	15	18	20	22	25			
15-19	0,4	na	na	na	na	92,8	989	a
20-24	1,8	8,4	18,0	na	na	68,4	961	a
25-29	1,9	11,2	20,3	30,8	44,6	48,1	941	a
30-34	3,0	15,4	25,8	32,6	46,1	27,5	763	25,8
35-39	2,1	14,5	27,5	36,5	49,8	18,7	620	25,1
40-44	3,5	14,8	26,8	39,6	49,9	21,1	572	25,0
45-49	2,3	14,0	24,3	36,3	46,2	19,5	506	26,1

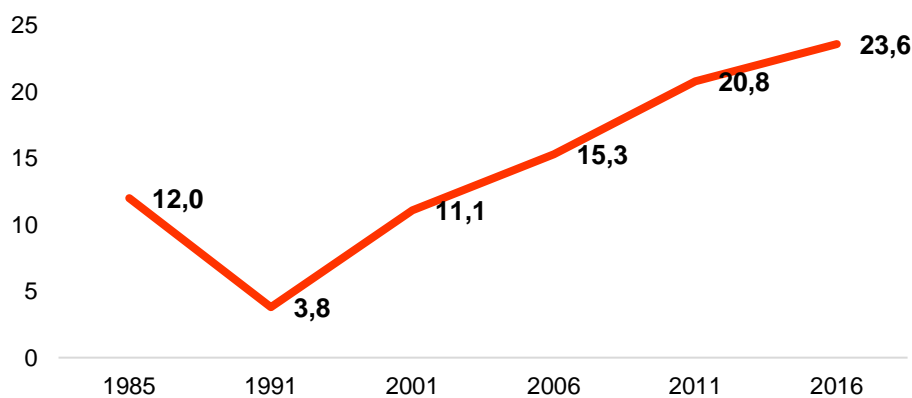
Fonte: INE, IDSR-III – 2018



Indicador 5.5.1. Proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) nos governos locais.

A participação efetiva das mulheres na política cabo-verdiana (ocupação de um lugar no Parlamento ou no Governo) tem registado, ao longo dos anos, um comportamento positivo. Em relação aos lugares ocupados pelas mulheres no Parlamento, é de registar um aumento do número de mulheres deputadas entre 1991 e 2016. A proporção de assentos ocupados por mulheres aumentou 19,8 p.p., entre 1991 e 2016, passando de 3,8% a 23,6%.

Gráfico 14 – Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional



Fonte: Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade do Género

Em relação aos assentos ocupados por mulheres nos governos locais (câmaras municipais e assembleias municipais) foram facultados somente dados referentes ao ano de 2016, 26,3%.

Indicador 5.5.2. Proporção de mulheres em cargos de chefia

A proporção de mulheres que exercem funções de chefia tem vindo a oscilar ao longo dos anos. Em 2022, segundo dados do Inquérito Multiobjetivo Contínuo, 47,8% de mulheres ocupavam cargos de gestão, nomeadamente representantes dos poderes legislativo, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública, de organizações especializadas e de empresas, diretores de serviços administrativos e comerciais, e diretores de produção e serviços especializados.

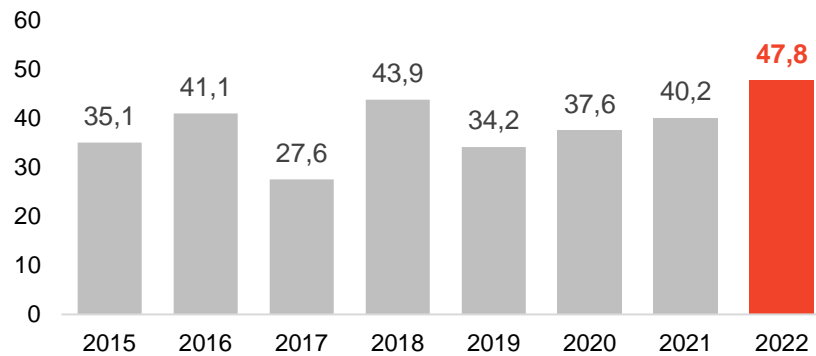


5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Gráfico 15 – Proporção de Mulheres que ocupam cargos de gestão



Fonte: INE – IMC, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho e RGPH

Indicador 5.a.1. (a) Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo.

Em 2015, os proprietários ou com direitos de posse das terras agrícolas representavam 18,6% da população agrícola. Em relação ao género, as mulheres proprietárias representavam 16,7% do universo de mulheres agricultoras, enquanto os homens representavam 20,6%.

Tabela 30 – Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas – 2015

Sexo	%
Masculino	20,6
Feminino	16,7
Total	18,6

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Em 2015, Cabo Verde tinha 33 897 proprietários/chefes de exploração agrícola, dos quais 15 494 eram do sexo feminino e 18 403 do masculino, representado, assim, 45,7% e 54,3%, respetivamente.

Tabela 31 – População agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, por sexo, 2015

Sexo	Total	%
Masculino	18 403	54,3
Feminino	15 494	45,7
Total	33 897	100,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente



5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Indicador 5.a.1 (b). Proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas.

De acordo com a tabela 32, a proporção de mulheres (46,6%) com direitos de posse de terras agrícolas é inferior à dos homens (53,4%) em todas as formas de exploração, excetuando a renda, em que 51,3% são das mulheres e 48,7% dos homens.

Tabela 32 – Proporção de proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas, segundo sexo, 2015

Forma de exploração	Sexo	
	Masculino	Feminino
Conta Própria	53,4	46,6
Parceria	62,5	37,5
Renda	48,7	51,3
Usufruto	54,5	45,5
Comodato	53,1	46,9
Aforamento	61,0	39,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 5.b.1. Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo.

Quanto à proporção de pessoas com telemóvel, os dados indicam que, de 2015 a 2022, houve um acréscimo de 0,7 p.p. em relação aos homens e 2,5 p.p. em relação às mulheres.

Tabela 33 – Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo

Ano	Sexo	
	Masculino	Feminino
2015	70,8	68,2
2016	73,7	71,2
2017	74,7	73,8
2018	70,8	70
2019	72,5	70,8
2021	75,1	74,3
2022	71,5	70,7

Fonte: INE – 2015 -2021 - IMC - Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação; RGPH 2021



ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

Indicador 6.1.1. Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável, administrada de forma segura.

O acesso às fontes melhoradas de água potável, em particular a canalizada da rede pública de distribuição, tem vindo a aumentar em Cabo Verde. Em 2022, observa-se que 94,8% da população tinha acesso a uma fonte melhorada de água potável (água canalizada da rede pública, chafariz, ou o acesso através da casa de vizinhos).

Tabela 34 – Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável³

Ano	Cabo verde	Sexo		Meio residência	
		Masculino	Feminino	Urbano	Rural
2015	85,1	85,1	85,2	92,1	71,3
2016	85,5	85,2	85,7	92,3	71,5
2017	85,2	84,7	85,5	90,5	73,7
2018	86	85,6	86,4	92	73,2
2019	85,1	85,3	85,6	91,6	72,8
2021	92,8	92,7	92,9	97,4	79,5
2022	94,8	94,6	94,9	98,4	84,4

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida, RGPB 2021

Indicador 6.2.1. Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguro, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão.

Como *proxy* a este indicador, apresenta-se a proporção da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas, ou seja, sanita, latrina ou retrete. O acesso a instalações sanitárias melhoradas, em particular a sanita, tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Em 2022, 88,1% da população tinha acesso a uma instalação sanitária melhorada.

³ Em Cabo Verde, consideram-se Fontes Melhoradas de água Potável: "Chafariz", "Rede Pública/Canalização.../ Água Canalizada... (incluindo das casas dos vizinhos) "



Tabela 35 – Proporção da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas

Ano	Cabo verde	Sexo		Meio residência	
		Masculino	Feminino	Urbano	Rural
2015	77,2	76,9	77,5	86,4	58,9
2016	80,3	79,7	80,9	87,9	64,9
2017	80,8	–	–	87,5	66,9
2018	82,9	82,3	83,5	88,7	70,6
2019	85,1	84,7	85,9	90,5	74,6
2021	82,8	81,9	83,8	88,2	67,4
2022	88,1	87,3	88,7	92,4	75,7

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida, RGPH 2021

Indicador 6.5.1. Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100).

Em 2019, segundo a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS), o grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos foi de 62%.

Tabela 36 – Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos

2018	2019
64%	62%

Fonte: ANAS – Agência Nacional de Água e Saneamento



ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível para todos e todas.

Indicador 7.1.1. Percentagem da população com acesso à eletricidade

O acesso à eletricidade tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Em 2022, segundo o Inquérito Multiobjetivo Contínuo (IMC), cerca de 92,8% da população residente tinha acesso à eletricidade no alojamento.

Tabela 37 – Percentagem de população com acesso à energia elétrica

Ano	Cabo verde	Meio residência		Sexo	
		Urbano	Rural	Masculino	Feminino
2015	86,9	90,6	79,6	86,4	87,4
2016	90,1	93,5	83,4	90	90,2
2017	90,1	92,3	85,7	89,6	90,7
2018	90,3	91,7	87,5	89,9	90,7
2019	92,2	94,1	88,4	91,9	92,5
2020	91,5	93	87	92,5	92,1
2021	91,5	93,0	87,0	90,8	92,5
2022	92,8	93,0	92,4	92,5	93,1

Fonte: INE, IMC, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida, RGPH 2021

Indicador 7.1.2. Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas.

Em 2022, 77,3% da população utilizava gás butano e eletricidade para preparação de alimentos. De realçar que, no meio rural, apesar de se registar um aumento ao longo dos anos, somente 40,0% da população utiliza estes combustíveis.

Tabela 38 – Percentagem de população que utiliza o gás Butano e eletricidade para preparar alimentos, por meio de residência

Ano	Cabo verde	Meio residência	
		Urbano	Rural
2015	70,9	89,4	34,1
2016	73,8	92,0	36,8
2017	74,3	91,2	39,0
2018	75,6	91,1	42,8
2019	78,9	93,4	49,1
2021	76,6	89,2	40,2
2022	77,3	90,4	40,0

Fonte: INE - IMC- Estatísticas das Famílias e Condições de Vida, RGPH 2021

Nota: A eletricidade foi considerada como energia limpa e os dados da série (2015 a 2018) foram atualizados.



7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

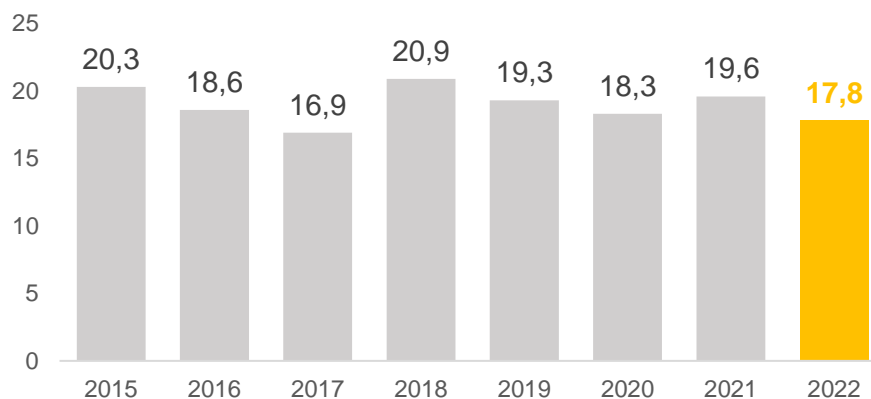
Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Indicador 7.2.1. Peso das energias renováveis na produção de energia elétrica (%)

Em 2022, a taxa de penetração das Energias Renováveis (ER) na produção de energia elétrica foi de 17,8%, correspondendo a uma diminuição de 9,4% em relação a 2021 (19,6%).

Gráfico 16 – Percentagem de penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica

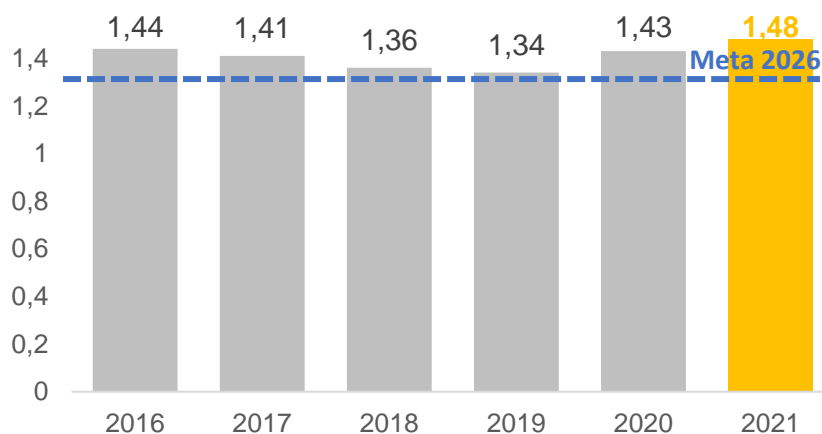


Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Indicador 7.3.1. Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB (em Toneladas equivalentes de petróleo/milhões de escudos)

A eficiência energética, medida em termos da intensidade energética do PIB atingiu 1,48 tep/milhões de escudos em 2021, sofrendo um ligeiro aumento de 3,5% em relação a 2020.

Gráfico 17 – Intensidade energética



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia
Dados Provisórios (2020 e 2021)



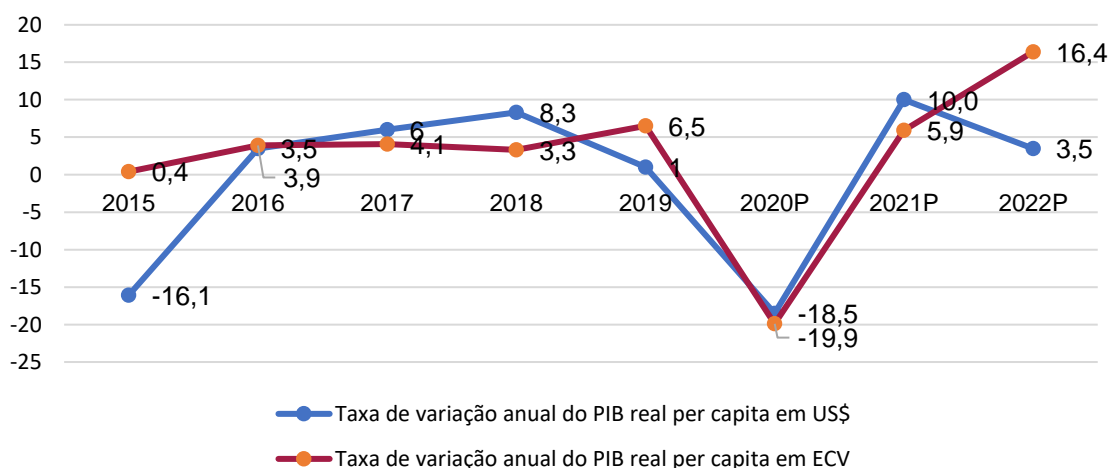
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Indicador 8.1.1. - Taxa de variação anual do PIB real per capita

Entre 2015 e 2022, o PIB real per capita em dólar apresentou uma taxa de variação média anual de 1,5%. O PIB real per capita em dólar em 2020 registou uma taxa de variação negativa (-18,5%), influenciada principalmente pelos efeitos adversos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade económica, com a contração do PIB, de 17,0% em volume. Em 2022, houve um abrandamento de 3,5% do PIB per capita em dólar, justificada essencialmente pelas flutuações cambiais. Em relação ao PIB per capita real em escudos, registou-se uma taxa de variação média anual de 2,3%, para o mesmo período em análise. As taxas de variação negativas do PIB per capita de 2020 em dólar e em escudos são devidas aos efeitos da pandemia.

Gráfico 18 – Taxa de variação do PIB real per capita (%)



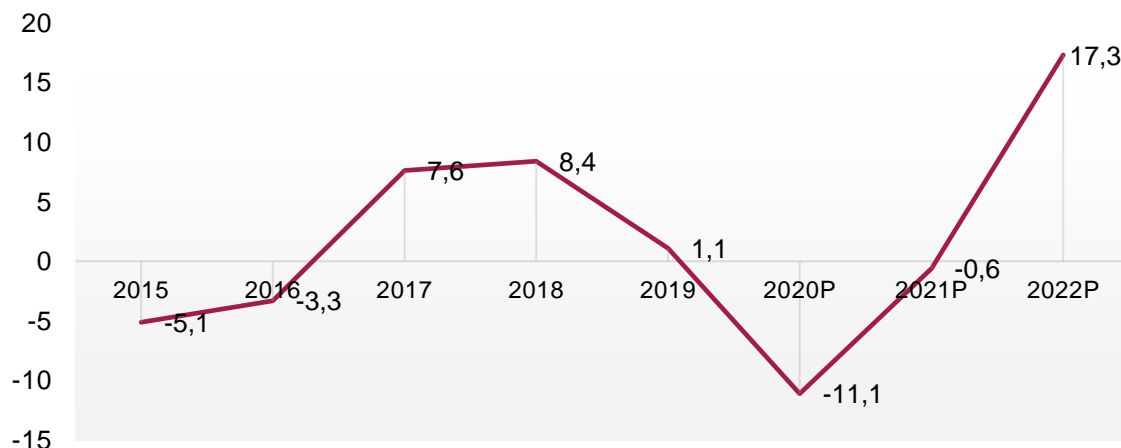
Fonte: INE - Contas Nacionais

Indicador 8.2.1. - Taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada

De acordo com os dados do gráfico 19, em 2020, o PIB real por pessoa empregada apresentou uma variação de -11,1%, diminuindo em 12,2 p.p. relativamente a 2019, devido à situação da pandemia da COVID-19. Em 2022, com a retoma da atividade económica, a taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada atingiu uma variação histórica de 17,3%, apresentando um aumento de 18,0 p.p (pontos percentuais) em relação a 2021.



Gráfico 19 – Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada (%)

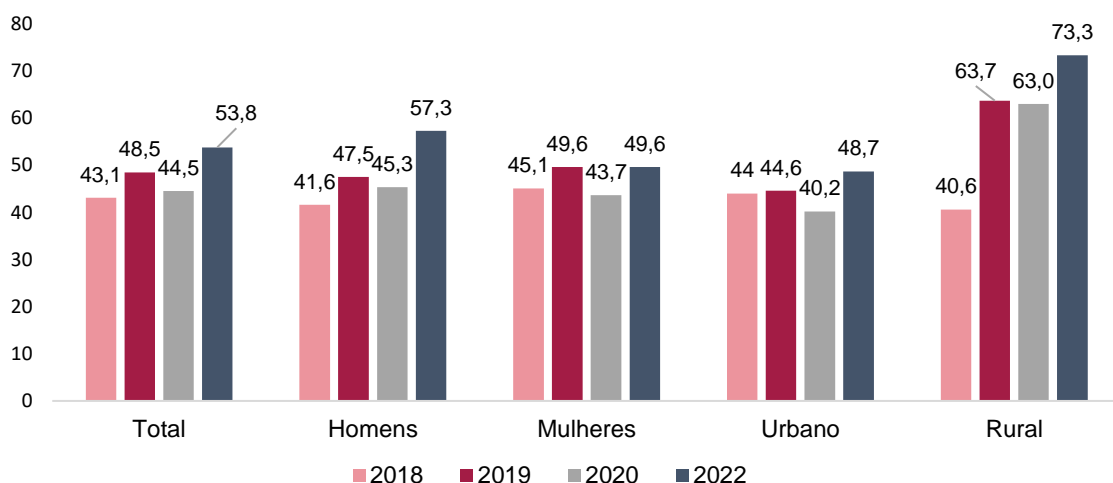


Fonte: INE - Contas Nacionais

Indicador 8.3.1. - Proporção de emprego informal no emprego total, por sector e sexo

De uma forma geral, em 2022, 53,58% dos empregados encontravam-se a trabalhar nos empregos informais não agrícolas, ou seja, eram empregados do sector não agrícola que não beneficiavam de proteção social, nem de férias nem descanso semanal remunerado. Em comparação com 2020, registou-se um aumento de 9,3 p.p.

Gráfico 20 – Proporção do emprego não informal por sexo e meio de residência



Fonte: INE, IMC, Módulo Mercado Trabalho

Indicador 8.5.2: Taxa de desemprego segundo sexo e idade

A taxa de desemprego passou de 12,4%, em 2015, para 12,1%, em 2022, diminuindo 0,3 p.p. nesse período. Quanto ao sexo, verifica-se que o desemprego é menor nos indivíduos do sexo feminino no período em estudo, com exceção dos anos de 2016, 2017, 2019 e 2020.



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Em 2022, a taxa de desemprego foi maior entre as mulheres – ficou em 14,0%, segundo os dados do IMC, enquanto entre os homens foi de 10,3%.

Tabela 39 – Taxa de desemprego segundo sexo e idade

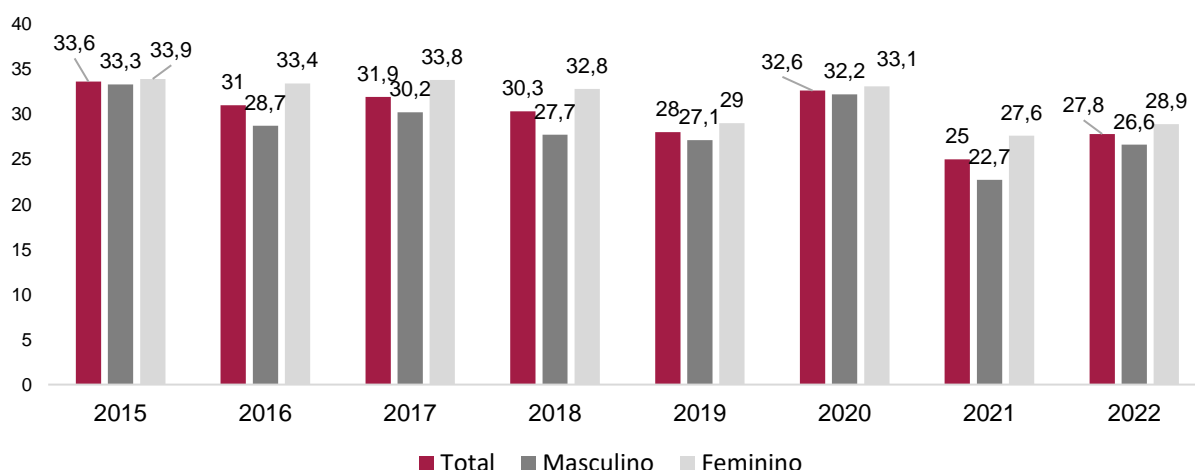
ANOS	Total	15-24	25-44	45-64	65+	Masculino	15-24	25-44	45-64	65+	Feminino	15-24	25-44	45-64	65+
2015	12,4	28,6	11,3	5,3	0,5	13,5	28	11,3	8,3	0,3	11,2	29,5	11,4	1,8	0,8
2016	15	41	11,7	3,9	3,2	12,9	31,7	10	5,4	5,8	17,4	52,6	13,8	2,4	0
2017	12,2	32,4	10,4	4,8	0,9	11,8	29,5	10,1	5	0	12,8	36,4	10,7	4,6	1,9
2018	12,2	27,8	11,2	5,8	0	12,7	24,6	11,6	8,5	0	11,6	31,9	10,6	2,7	0
2019	11,3	25	10,8	5,7	0,9	10,7	22,4	9,4	7,1	1,1	12,1	29,2	12,4	4,1	0,6
2020	14,5	32,5	14,6	5,9	0,4	14,8	30,6	14,7	7,3	0,4	14,2	35,4	14,5	4,1	0,4
2021	8,3	20,4	8,1	3,4	1,3	6,7	15,9	6,1	3,5	1,7	10,4	27,5	10,5	3,2	0,9
2022	12,1	27,3	10,9	6,6	6,7	10,3	22,9	8,7	6,5	10,1	14,0	33,4	13,2	6,7	3,3

Fonte: INE, IMC - Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.6.1 Proporção de jovens (15 - 24 anos) fora do sistema educativo e que não exercem nenhuma atividade economicamente produtiva.

Em 2022, a proporção de jovens entre 15-24 anos, sem emprego e fora do sistema educativo ou de formação, foi de 27,8%.

Gráfico 21 – Proporção de Jovens dos 15 aos 24 anos, sem emprego e fora do sistema educativo ou de formação



Fonte: INE, IMC - Estatísticas do emprego e mercado de trabalho



Indicador 8.8.1. - Taxas de frequência de acidentes de trabalho fatais e não fatais, por sexo e estatuto migratório

Em 2022, do total de acidentes de trabalho, 0,7% foram fatais e 99,3% não fatais.

Tabela 40 – Acidentes de trabalho, fatais e não fatais, por 100 000 trabalhadores

Ano	Total	Fatais	%	Não Fatais	%
2017	252	7	2,8	245	97,2
2018	395	6	1,5	389	98,5
2019	238	5	2,1	233	97,9
2020	782	9	1,2	773	98,8
2021	1112	3	0,3	1109	99,7
2022	442	3	0,7	439	99,3

Fonte: Inspeção Geral do Trabalho

Em relação à ocorrência de acidentes de trabalho por sector de atividade, constatou-se em 2019, último ano em que foi possível recolher essa informação, que o sector da Indústria foi o que teve maior número de acidentes de trabalho (72) e o setor de transportes registou menor número de acidentes de trabalho (8).

Nos últimos três anos, não foi possível classificar os acidentes de trabalho por ramo de atividade devido à recolha deficiente de dados a respeito junto das seguradoras.

Tabela 41 – Acidentes de trabalho por sector de atividade

Anos	Sectores									Total
	Construção Civil	Comércio	Hotelaria/ Restauração	Indústria	Metalurgia	Serviços	Transportes	Agricultura	Outros	
2017	50	32	40	60	24	35	7	1	3	252
2018	43	32	113	91	24	50	3	1	38	395
2019	48	16	26	72	28	40	8	-	-	238

Fonte: Inspeção Geral do Trabalho

Indicador 8.8.2. - Nível de cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e estatuto migratório.

No que diz respeito às conciliações realizadas (contenda laboral), em 2022, verificaram-se 435 greves com acordo (+93 face a 2021), 190 sem acordo (+50 em relação a 2021), 8 pendentes e 21 ficaram com o pré-aviso de greve (- 8 face a 2021).



Tabela 42 – Número de Conciliações (contenda laboral)

ANOS	Categoria			
	Com acordo	Sem acordo	Pendentes	Pré-aviso de greve
2016	219	358	77	28
2017	176	112	124	19
2018	352	114	153	26
2019	219	96	0	24
2020	296	139	2	14
2021	342	140	0	29
2022	435	190	8	21

Fonte: Direção Geral do Trabalho

Tabela 43 – Número de conciliações com sucesso (impedindo o recurso à greve e/ou outras formas de luta)

ANOS	Categoria		
	Acordos despedimentos Individuais	Acordos despedimentos coletivos	Acordos no pré-aviso de greve
2016	219	-	14
2017	176	-	18
2018	336	-	16
2019	207	19	18
2020	259	27	10
2021	304	29	18
2022	313	11	15

Fonte: Direção Geral do Trabalho

Indicador 8.10.1. - (a) Número de bancos comerciais por 100 000 adultos e (b) número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100 000 adultos.

Os dois indicadores seguintes, 8.10.1 (a) e (8.10.1 (b), foram calculados pelo Banco de Cabo Verde, segundo a metodologia definida pelas Nações Unidas.

De 2015 a 2020, o número de bancos comerciais por 100 000 adultos tinha vindo a diminuir. Entretanto, nos últimos dois anos houve um ligeiro aumento em relação a 2020, sendo que em 2021 e 2022 havia 2,0 bancos comerciais por 100 000 adultos.

Tabela 44 – Número de bancos comerciais por 100 000 adultos (a)

Ano	Número
2015	2,3
2016	2,3
2017	2,0
2018	2,1
2019	1,9
2020	1,8
2021	2,0
2022	2,0

Fonte: Banco de Cabo Verde



O rácio de caixas automáticas por 100 000 adultos tem vindo a aumentar, passando de 49,4 por 100 000 adultos, em 2015, para 59,1 por 100 000 adultos, em 2022. Pese embora, em 2020, registou-se uma diminuição face a 2019, para 50,2 por 100 000 adultos.

Tabela 45 – Número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos (b)

Ano	Número
2015	49,4
2016	49,1
2017	50,5
2018	57,7
2019	55,8
2020	50,2
2021	59,0
2022	59,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 8.10.2. - Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro

A proporção de adultos de 15 anos ou mais com conta bancária em 2021 foi de 87,9%. Os dados são referentes ao *Relatório de Sistema de Pagamentos 2021 do Banco de Cabo Verde*.

A proporção de adultos de 15 anos ou mais com serviço móvel de dinheiro em 2021 foi de 1,5%. Os dados são referentes ao Relatório de Sistema de Pagamentos 2021 do Banco de Cabo Verde.

Indicador 8.a.1. - Auxílios para compromissos comerciais e desembolsos

Em 2022, constatou-se uma diminuição de 6,1% nos auxílios para compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio, cerca de 747,4 milhões de escudos comparativamente com 2015.

Tabela 46 – Compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio em milhões de escudos

Ano	Milhões de escudos
2015	13 010,5
2016	7 068,4
2017	10 136,8
2018	7 039,4
2019	11 744,5
2020	15 339,5
2021	14 130,4
2022	12 263,1^P

P – Provisório

Fonte: Ministério das Finanças



Indicador 8.b.1. - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como uma estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional de emprego.

Tabela 47 – Programas de estágio profissional

Ano	Programa de estágio profissional
2015	Programa de apoio à estratégia nacional para a criação de emprego da OIT
2016	Plano Nacional de Emprego; Programa emprego e empregabilidade da cooperação luxemburguesa
2017	Programa de emprego, empregabilidade e inserção de jovens da OIT
2018	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego
	PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia
	PEPAP - Programa de Estágio Profissional de Administração Pública
2019	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego
	PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia
	PEPAP - Programa de Estágio Profissional de Administração Pública
2020	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego
	PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia
	PEPAP - Programa de Estágio Profissional de Administração Pública
2021	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego
	PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia
	PEPAP - Programa de Estágio Profissional de Administração Pública
2022	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego
	PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia
	PEPAP - Programa de Estágio Profissional de Administração Pública

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional



ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Indicador 9.1.2. Passageiros e cargas/mercadorias transportados por modalidade de transporte

TRANSPORTES TERRESTRES

Em termos absolutos, de 2015 até 2019, constatou-se um crescimento contínuo do número de passageiros transportados nos autocarros. Entretanto, em 2020, ano marcado pela pandemia de Covid-19, registou-se uma diminuição de cerca de 6 380 793 passageiros face a 2019. À semelhança do ano anterior, em 2022, o número de passageiros transportados nos autocarros em Cabo Verde voltou a aumentar, sendo 58,9% e 9,1% em relação a 2020 e 2021, respetivamente, ou seja, em termos absolutos, 6 296 465 e 1 828 178 passageiros transportados a mais.

Tabela 48 – Movimento de passageiros transportados nos autocarros

ANOS	Nº
2015	12 120 438
2016	14 978 375
2017	16 686 066
2018	18 367 444
2019	20 175 109
2020	13 794 316
2021	20 090 781
2022	21 918 959

Fonte: Estatísticas dos Transportes 2022 (INE)



TRANSPORTES MARÍTIMOS

O movimento de passageiros nos portos nacionais, em 2022, apresentou os valores mais altos de toda a série, a todos os níveis. Em comparação com 2021, registou-se um aumento tanto do total dos passageiros movimentados (22,2%), como no embarque (22,8%) e no desembarque (21,7%).

Tabela 49 – Movimento de passageiros nos portos nacionais (em número)

ANOS	Total	Desembarcados	Embarcados
2015	756 915	377 866	379 049
2016	813 687	408 768	404 919
2017	839 797	420 479	419 318
2018	917 305	458 017	459 288
2019	990 840	491 274	499 576
2020	707 187	355 054	352 133
2021	1 019 817	511 680	508 137
2022	1 246 509	622 617	623 892

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos

Em relação ao movimento de mercadorias, verificou-se que, em 2022, a maior parte das mercadorias movimentadas nos portos estava associada ao desembarque (78%, correspondendo a 1 800 630 toneladas de mercadorias desembarcadas), valor coerente com a estrutura da economia nacional, fortemente dependente da importação de bens. No geral, o movimento de mercadorias teve um aumento de 33%, de 2015 a 2022, sendo o carregamento de 51,7% e o descarregamento 25,8%.

Tabela 50 – Movimento de cargas/mercadorias nos portos nacionais (em Kg)

ANOS	Total	Carregamento	Descarregamento
2015	1 674 783	338 268	1 336 515
2016	1 802 647	386 312	1 416 335
2017	2 015 667	446 349	1 569 318
2018	2 595 936	545 268	2 050 667
2019	2 667 228	641 531	2 025 697
2020	2 155 913	529 881	1 626 032
2021	2 334 594	602 979	1 731 615
2022	2 500 626	699 996	1 800 630

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos



TRANSPORTES AÉREOS

Após uma evolução positiva, de 2015 a 2019, nos anos de 2020 e 2021 registou-se um decréscimo significativo do tráfego, tanto de aeronaves como de passageiros, cargas e correios, devido à pandemia mundial de Covid-19.

Entretanto, em 2022, todos os tipos de tráfego apresentaram um aumento expressivo de valores, conforme os dados das tabelas 51, 52, 53 e 54. É de salientar que o movimento de passageiros nos aeroportos, em relação a 2021, registou um aumento de 162,3%, sendo 71,8% e 210,3% nos voos domésticos e internacionais, respetivamente.

Tabela 51 – Movimento de passageiros, por natureza do tráfego

ANOS	Natureza		
	Doméstico	Internacional	Total
2015	698 785	1 288 097	1 986 882
2016	764 285	1 451 607	2 215 892
2017	929 595	1 719 636	2 649 231
2018	884 784	1 817 448	2 702 232
2019	821 227	1 950 704	2 771 931
2020	249 679	526 319	775 998
2021	287 752	542 488	830 240
2022	494 451	1 683 160	2 177 611

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Em relação ao movimento de aeronaves, face a 2021, verificou-se um aumento tanto em termos gerais (77,8%), como nos voos domésticos (45,8%) e internacionais (104,6%).

Tabela 52 – Movimento de aeronaves, por natureza do tráfego

ANOS	Natureza		
	Doméstico	Internacional	Total
2015	14 901	12 789	27 690
2016	15 920	14 289	30 209
2017	20 483	15 729	36 212
2018	16 824	17 253	34 077
2019	16 083	19 119	35 022
2020	5 844	7 318	13 162
2021	6 511	7 773	14 284
2022	9 494	15 906	25 400

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)



Relativamente às cargas, em 2022 face a 2021, registou-se um aumento de 14,4 % no total das cargas movimentadas nos aeroportos de Cabo Verde. O movimento de cargas aumentou tanto a nível doméstico (16,4 %) como internacional (14%), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 53 – Movimento de cargas (em Kg), por aeroportos (2015-2022)

ANOS	Natureza		
	Doméstico	Internacional	Total
2015	1 617 087	1 214 666	2 831 753
2016	1 339 505	1 398 489	2 737 994
2017	920 984	1 206 124	2 127 108
2018	445 297	865 719	1 311 016
2019	380 341	1 009 893	1 390 234
2020	145 364	558 304	703 668
2021	127 098	567 644	694 742
2022	147 981	646 860	794 841

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

No que se refere ao transporte aéreo de correios, em 2022, verificou-se um aumento de 16,7%, sendo 21,1% e 8,9% a nível doméstico e internacional respetivamente, face a 2021.

Tabela 54 – Movimento de correios (em Kg), por aeroportos (2015-2022)

ANOS	Natureza		
	Doméstico	Internacional	Total
2015	181 250	136 787	318 037
2016	174 409	143 055	317 464
2017	231 770	159 571	391 341
2018	228 731	176 632	405 363
2019	256 665	199 947	456 612
2020	122 994	98 372	221 366
2021	197 707	110 909	308 616
2022	239 338	120 792	360 130

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Indicador 9.2.1. Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

Em 2022, o PIB registou um crescimento de 17,7% em volume, o mais alto verificado ao longo da série, após o aumento de 6,8% em 2021, que foi precedido de uma diminuição histórica em 2020 (-19,3%), na sequência dos efeitos adversos da COVID 19 na atividade económica.



Tabela 55 – Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB a preços correntes

Ano	%
2015	4,9
2016	5,1
2017	4,7
2018	4,6
2019	4,4 ^P
2020	4,8 ^P
2021	5,3 ^P
2022	4,7^P

P - Provisórios

Fonte: INE - Contas Nacionais (base 2015=100 e SCN 2008)

Indicador 9.2.2. Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Constata-se que o emprego no sector da indústria transformadora em percentagem do emprego total em 2022 foi de 10%, segundo dados do IMC 2022.

Tabela 56 – Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Ano	%
2015	8,9
2016	8,5
2017	9,5
2018	9,5
2019	9,6
2020	8,1
2021	8,9
2022	10

Fonte: INE - Estatísticas de emprego e mercado de trabalho; IMC – 2022

Indicador 9.b.1. Peso do valor acrescentado das indústrias de média e alta tecnologia no valor acrescentado total.

A Tabela 57 mostra a evolução do peso do valor acrescentado bruto (VAB) da indústria transformadora no Produto Interno Bruto no período 2015 – 2022. Pode-se constatar que em média este indicador apresenta um peso de 4,8% no PIB, no período em análise.



Tabela 57 – Peso do Valor Acrescentado da indústria transformadora no Valor Acrescentado Bruto total (%)

Ano	
2015	5,6
2016	5,8
2017	5,7
2018	5,3
2019	5,0 ^P
2020	5,5 ^P
2021	6,1 ^P
2022	5,4^P

P - Provisório

Fonte: INE - Contas Nacionais (base 2015=100 e SCN 2008)

Indicador 9.c.1. Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

Segundo a Agência Reguladora Multisectorial da Economia, analisando o período de 2015 a 2022, verifica-se que o acesso às tecnologias de informação e comunicação, através da cobertura da rede móvel em Cabo Verde, quer pelo Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM), quer pelos serviços 3G e 4G, tem vindo a aumentar. De acordo com a tabela 58, em 2022, verificou-se que 99,3% da população estavam cobertos com serviços GSM, enquanto 93,8% estiveram cobertos com os de 3G, o que apresenta um aumento, em comparação com o ano de 2015, que foram de 98,8% e 86,8%, respetivamente. O serviço 4G teve início em Cabo Verde no ano de 2019, ano em que 79,4% da população estavam cobertos por esse serviço, tendo aumentado para 80,2% em 2022.

Tabela 58 – Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

ANOS	Tipo		
	Cobertura de serviços GSM	Cobertura de serviços 3G	Cobertura de Serviços 4G
2015	98,8	86,8	-
2016	98,8	87,6	-
2017	99,3	91,1	-
2018	99,3	91,1	-
2019	99,3	93,7	79,4
2020	99,3	93,7	79,4
2021	99,3	93,8	80,0
2022	99,3	93,8	80,2

Fonte: Agência Reguladora Multisectorial da Economia



ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Indicador 10.1.1. Taxa de crescimento das despesas das famílias ou rendimento *per capita* dos 40% da população com menores recursos e a população total.

Entre a população mais vulnerável, neste caso entre os 40% da população com menores recursos (ou seja, os 2 primeiros quintis com menores recursos), regista-se um aumento das despesas médias anuais *per capita* por pessoa, de 3,2% de 2015 para 2020, sendo o maior aumento registado no meio rural (3,9%), comparando com o meio urbano (2,4%), muito provavelmente pelo aumento das necessidades e impacto dos anos sucessivos de secas no meio rural.

Tabela 59 – Evolução da despesa anual média *per capita*, total, por agregado e por indivíduo, entre os 40% da população com menores despesas, Cabo Verde 2015-2020

ANOS	Despesas totais			Despesas médias anuais por agregado			Despesas médias anuais, por pessoa, no agregado		
	cabo verde	Meio Residência		Cabo Verde	Meio Residência		Cabo Verde	Meio Residência	
		Urbano	Rural		Urbano	Rural		Urbano	Rural
2015	13 075 344 594	6 644 985 124	6 430 359 470	343 701	370 988	319 423	63 929	68 514	59 794
2019	17477069187	9223004080	8254065107	388266	421480	356939	79475	84011	74953
2020	16 634 496 799	9 031 196 049	7 603 300 750	406 818	434 560	367 110	74 965	77 305	72 363
TCA[1]	4,9	6,3	3,4	3,4	3,2	2,8	3,2	2,4	3,9

* Em 2020, o total do agregado no grupo dos 40% reduziu (39150) em relação a 2019 (44978) e o tamanho médio do agregado foi de 5,4 (em 2019, foi de 4,9)

* Valores efetivos em escudos cabo-verdianos

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2001/2002 e 2015 e 2019-2020
Estimação da pobreza

Indicador 10.2.1. Proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento inferior a 50% do rendimento mediano, por sexo, grupo etário e tipo de limitação.

Dado que em 2015, os dados do rendimento não foram tratados, apresenta-se um indicador co-relacionado que diz respeito a despesas de consumo. Em 2015, cerca de 23,8% da população de Cabo Verde (121 897 pessoas) vivia em agregados cuja despesa média anual *per capita* era inferior a 60% da despesa mediana anual *per capita*, e 9,6% (49 134) abaixo dos 40% da despesa mediana anual *per capita* registada no âmbito do último inquérito às despesas e receitas familiares.



Tabela 60 – Proporção da população que vive em agregados familiares com uma despesa média anual per capita inferior a 60% e a 40% da despesa mediana per capita, por meio de residência, sexo e grupo etário

ANOS	População que vivem com menos de 50% do consumo mediano										
	Sexo			Grupo etário							
	Masculino	Feminino	Total	0-4	05/set	out/14	15-24	25-34	35-64	65 anos ou mais	Total
2015	14,60%	15,30%	15,00%	20,20%	19,90%	19,10%	15,70%	11,50%	11,60%	11,40%	14,90%
2019	6,40%	6,80%	6,60%	10,30%	9,50%	11,80%	6,70%	5,80%	4,30%	3,30%	6,60%
2020	5,10%	5,20%	5,20%	10,40%	8,10%	9,20%	5,40%	4,00%	2,90%	2,30%	5,20%

Fonte: INE – Estimação da pobreza

Indicador 10.3.1. Proporção da população que reportou sentir-se pessoalmente discriminada ou assediada, nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

Em 2016, segundo os dados do módulo da Governança, Paz e Segurança, a percentagem da população de 18 anos ou mais que reportou ter sido discriminada, foi de 31,7%.

Indicador 10.5.1. Indicadores de solidez financeira

O rácio de solvabilidade do sistema bancário nacional fixou-se em 22,3% em 2022, com um aumento face a 2021 na ordem de 0,9 pontos percentuais.

Tabela 61 – Indicadores de solidez financeira (%)

ANOS	Indicadores		
	Rácio de Solvabilidade	Imparidade	Ativos Ponderados pelo Risco
2015	16,1	63,5	14,8
2016	15,5	63,2	15,5
2017	17,3	64,7	16,4
2018	16,2	65,9	16,1
2019	17,7	52	18,2
2020	19,4	46,8	19,8
2021	21,4	34,9	21,1
2022*	22,3	30,4	22,8

Fonte: Banco de Cabo Verde

*Dados provisórios



Indicador 10.b.1 Fluxos de recursos totais para o desenvolvimento, por países recetores e doadores, e tipo de fluxo (por exemplo, assistência oficial ao desenvolvimento, investimento estrangeiro direto e outros fluxos)

Segundo a tabela 63 os fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento diminuíram 10,28% e 26,89%, face ao ano de 2020, em 2021 e 2022, respetivamente. Em contrapartida, tanto em 2021, como em 2022, aumentaram os fluxos de investimento direto estrangeiro (22,97% e 52,31%) e de remessas de emigrantes (24,19% e 31,76%).

Tabela 62 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento, Investimento Direto Estrangeiro no País e remessa de emigrantes (Correntes e Capitais) - (Fluxos em milhões de CVE)

Anos	Ajuda pública ao Desenvolvimento	Investimento Direto Estrangeiro no País.	Remessas de emigrantes (correntes e capitais)
2015	19 872	11 507	19 819
2016	12 001,70	12 559	19 717,00
2017	17 213	10 867	19 433
2018	13 028,20	9 639,30	20 160,50
2019	17 485	12 116	19 634
2020	20 368,40	6 546,70	21 586,60
2021	18 469	8 499	28 476
2022	16 051,70	13 445,20	31 634,40

Fonte: Banco de Cabo Verde



ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Indicador 11.1.1. Proporção de população residente em áreas urbanas que vive em alojamentos não clássicos ou em alojamentos com falta de condições de habitação

Tabela 63 – Proporção de população residente em áreas urbanas que vive em alojamentos não clássicos ou em alojamentos com falta de condições de habitação

Tipologia de Alojamento	%
Barraca/casa de bidão ou de madeira	2,1
Contentor/ Improvisado em edifício/ Outro lugar habitado	0

Fonte: Recenseamento Geral da População e Habitação 2021

Indicador 11.6.1. Proporção de resíduos sólidos urbanos recolhidos regularmente e com descarga final adequada do total de resíduos sólidos urbanos gerados pelas cidades

Tabela 64 – Quantidade de resíduos sólidos urbanos gerados e recolhidos e quantidade de resíduos urbanos tratados em Cabo Verde, segundo o tipo de tratamento dado (2015)

Resíduos Sólidos Urbanos	
Gerados e recolhidos	Toneladas (t)
Total Gerados	170 636
Total Recolhidos	152 595
Tipo de tratamento e eliminação	Toneladas (t)
Totais tratados	152 595
Lixeiras / Vazadouro	140 495
Aterro controlado	12 100
Reciclados	0
Outros	0

Fonte: ANAS, Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos em Cabo Verde (PENGeR), 2015



ODS 12 - ASSEGURAR PADRÕES DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Indicador Global 12.4.1. Número de parceiros em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos no domínio do ambiente que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante

Número de parceiros em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos no domínio do ambiente que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante.

A tabela 65 traduz o cálculo do “Country Score” (CS) por cada convenção que compõe o indicador e da qual Cabo Verde já é parte. Para o cálculo do indicador, foram levadas em conta as quatro (4) convenções já ratificadas por Cabo Verde. Neste sentido, não se incluiu a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, na medida em que o processo de adesão pelo país a esta convenção está em curso, mas ainda não foi ratificado. A partir das pontuações, pode-se inferir de forma bem evidente que o país tem cumprido praticamente na plenitude as suas obrigações decorrentes da ratificação das Convenções de Basileia, Roterdão, Estocolmo e no âmbito do Protocolo de Montreal, conforme as exigências estabelecidas para a avaliação do indicador. Através de uma comparação entre o total de pontos previstos por convenção e o total de pontos atingidos, pode-se fazer uma leitura objetiva do grau de cumprimento dos requisitos exigidos. A comparação relativa entre a pontuação global (soma das pontuações alcançadas por cada convenção), num total de 31,4 pontos, e a pontuação atingida no valor de 31,0 pontos, explicita de forma nítida o pleno alinhamento do país face às suas obrigações.

Tabela 65 – Pontuação global do indicador

Convenção	Total máximo de pontos previsto por convenção	Totais pontos atingidos por convenção	CS (*) 2015-2019
Convenção de Basileia	6	6	1
Convenção de Roterdão	2,4	2	0,83
Convenção de Estocolmo	3	3	1
Protocolo de Montreal	20	20	1
Pontuação global convenções (previsto e atingido)	31,4	31,0	3,83
CS global convenções/nº convenções (3,83/4)			95,75%

(*) O CS é calculado como o número total de pontos para o país dividido pelo total de pontos possíveis por cada convenção

Fonte: Direção Nacional do Ambiente



ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA

Indicador 13.2.1. Número de países que comunicaram o estabelecimento ou a operacionalização de uma política/estratégia/plano integrado que aumente a sua capacidade de adaptação aos impactos adversos das mudanças climáticas e promova a resiliência climática e o desenvolvimento de emissões de gases de efeito de estufa baixas, de maneira que não ameacem a produção alimentar (incluindo um plano nacional de adaptação, uma contribuição determinada ao nível nacional, uma comunicação nacional, um relatório de atualização bienal ou outro)

Em 29 de março de 1995, Cabo Verde ratificou a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC). Na condição de parte da Convenção, assumiu nesta data, o compromisso de formular uma Comunicação Nacional à Conferência das Partes (CdP) e se vinculou a um conjunto de obrigações decorrentes.

A cronologia dos marcos históricos no período 1995-2022, apresentada na tabela 66 e a especificação das correspondentes obrigações, demonstram que o país tem vindo, desde a primeira hora e, na sequência da ratificação da CQNUMC, a desenvolver esforços internos no sentido de dar as respostas exigidas em termos dos compromissos estabelecidos no plano global.

Tabela 66 – Cumprimento de Obrigações no âmbito da Convenção-Quadro sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC) - Cronologia dos Marcos Históricos

Marco Histórico/Obrigações	Ano
<u>Ratificação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC)</u>	<u>1995</u>
<u>Primeira Comunicação Nacional à CQNUMC</u>	<u>2000</u>
<u>Primeiro Inventário Nacional de Emissão e Remoção de Gases de Efeito de Estufa</u>	<u>2000</u>
<u>Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas</u>	<u>2000</u>
<u>Ratificação do Protocolo de Quioto</u>	<u>2005</u>
<u>Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas - NAPA (2008-2012)</u>	<u>2007</u>
<u>Segundo Inventário Nacional de Emissão e Remoção de Gases de Efeito de Estufa</u>	<u>2010</u>
<u>Segunda Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas</u>	<u>2011</u>
<u>Primeira Contribuição Intencional Nacionalmente Determinada (2015-2030)</u>	<u>2015</u>
<u>Ratificação do Acordo de Paris</u>	<u>2017</u>
<u>Terceira Comunicação sobre as Mudanças Climáticas</u>	<u>2018</u>
<u>Terceiro Inventário de Gases com Efeito de Estufa (GEE)</u>	<u>2018</u>
<u>Atualização Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)</u>	<u>2021</u>
<u>Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas</u>	<u>2021</u>

Fonte: Direção Nacional do Ambiente



14 VIDA NA ÁGUA

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



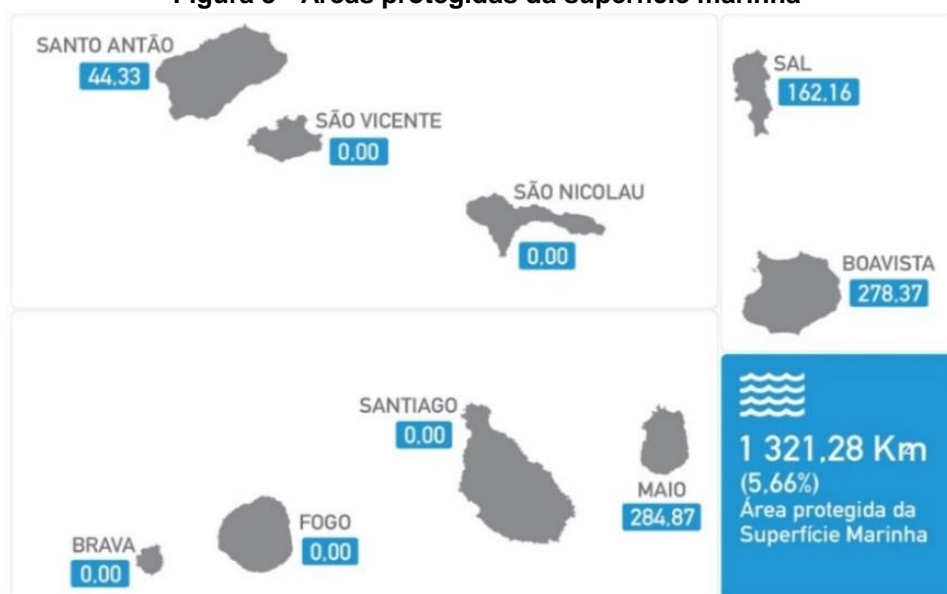
ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Indicador 14.5.1. Cobertura de áreas protegidas em relação a áreas marinhas

Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações da Figura 3 apontam para um total de 1.321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Figura 3 - Áreas protegidas da superfície marinha



Fonte: Direção Nacional do Ambiente (2015)

Tabela 67 – Cobertura de áreas marinhas protegidas relativamente às áreas marinhas (2015)

	Marinha	
	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	1 321,28	5,66
Santa Luzia	273,18	-
Ilhéu Branco e Raso	278,37	-

Fonte: Direção Nacional do Ambiente (2015)



15 VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e prover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Indicador 15.1.1. Proporção do território que é área florestal

A florestação em Cabo Verde, levada a cabo de forma intensiva desde os primórdios da independência nacional pelos sucessivos governos, com forte apoio da cooperação internacional, tem, num primeiro plano, exercido um papel crucial na luta contra a desertificação, e, num segundo plano, permitido a satisfação das necessidades de uma boa parte da população.

Em 2012, o país dispunha de um património em vegetação lenhosa, avaliado em 89 903 ha, dos quais 54 919,4 são classificados como floresta, de acordo com os padrões da FAO⁴.

Tabela 68 – Área coberta por vegetação lenhosa e por floresta, e respetivas proporções (2012)

	Área florestal (ha)	% Área florestal nacional
Cabo Verde	54 919,4	13,6

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 15.1.2. Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce, cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema.

Os dados da tabela 69 mostram que em 2022, das 47 áreas protegidas em Cabo Verde correspondendo a aproximadamente 206.775,77 hectares, 7 (15%) são predominantemente marinha, 14 (30%) são área com parte marinha e terrestre e 26 (55%) predominantemente terrestre.

Tabela 69 – Áreas Protegidas de Cabo Verde (2022)

	Áreas protegidas	%
Cabo Verde	47	
Predominantemente marinha	7	15%
Área com parte marinha e terrestre	14	30%
Predominantemente terrestre	26	55%

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

⁴ Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)



15 VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e prover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



As áreas terrestres protegidas, com instrumentos de gestão aprovados, passaram de 1.726 hectares, em 2008, para 38 844,86 hectares, em 2015, tendo registado 17 792,19 hectares, em 2014. Em relação às áreas marinhas protegidas com instrumentos de gestão aprovados, o valor registado foi de 120 672,47 hectares, em 2015, e 28 847,19 hectares, em 2014.

Tabela 70 – Superfície e proporção das Áreas Protegidas (terrestre e marinha) com Instrumento(s) de Gestão aprovado(s)

	Terrestre		Marinha	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
2008	1 726,00	0,43	(a)	
2010	10 194,50	2,53	(a)	
2014	17 792,19	4,41	28 487,19	1,26
2015	38 844,86	9,63	120 672,47	5,32

Nota: Percentagens calculadas em função das superfícies (áreas) terrestre e mar territorial de Cabo Verde
(a) Áreas ainda não identificadas

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Indicador 15.3.1. Proporção do território com solos degradados

Tabela 71 – Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais (%)

Indicador	
Ano	%
2011	73
2012	44
2013	437
2014	278,4
2015	801,2

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 15.5.1. Índice da Lista Vermelha

Na impossibilidade de disponibilizar o indicador conforme definido a nível global, e por se tratar de um indicador que integra alguns componentes (aves, mamíferos, corais e plantas da divisão Cycadophyta), apresenta-se o indicador Percentagem de Espécies de Flora Endémica Ameaçadas, tendo em conta as informações disponíveis e acessíveis e a sua pertinência no âmbito da gestão sustentável da biodiversidade.

Percentagem de Espécies de Flora Endémica Ameaçadas

Em 2015, publicou-se a nova Lista Vermelha da Flora Endémica de Cabo Verde para a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), elaborada com base nos critérios da IUCN. Segundo Romeiras, (2015), a nova Lista Vermelha da Flora Endémica de Cabo Verde para a IUCN, 78% das plantas endémicas avaliadas estavam assim



15 VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e prover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



classificadas, em termos de ameaça: 29,3% em perigo crítico, 41,3% em perigo e 7,6% vulnerável.

Indicador 15.7.1. Proporção de espécies selvagens comercializadas que foi objeto de furtivismo ou traficada ilicitamente

Relativamente a este indicador, com base nas informações existentes, verifica-se que ocorre e assume importância no país a captura ilícita de tartarugas marinhas e também de algumas aves marinhas:

Captura de tartarugas marinhas em Cabo Verde

Os dados refletem a evolução da quantidade de tartarugas marinhas (espécie *Caretta caretta*) ilicitamente capturadas em terra no período entre 2015 e 2022, assumindo uma importância particular as tendências interanuais verificadas no período de atualização dos dados em relação à situação relatada em 2021. Como se pode observar, a quantidade capturada nos anos de 2020 e 2021 mantém-se praticamente estável e sem qualquer variação notável, mas, no entanto, em 2022 constata-se uma diminuição expressiva e na ordem de aproximadamente 50% em relação ao ano anterior, demonstrando uma tendência de evolução positiva.

De notar ainda que apesar de no ano de 2021 se ter registado o número mais elevado de captura da série estatística período 2015 – 2022, o ano de 2021 representa o ano em que se registou também o maior número de ninhos até a presente data. De realçar que a quantidade de fêmeas nidificantes capturadas neste ano, em termos relativos corresponde apenas a 1% dos ninhos registados, isto é, traduz uma baixa expressividade ou grau de incidência dos atos ilícitos de captura da espécie.

Tabela 72 – Captura ilícita de Tartarugas Marinhas em Cabo Verde

ANOS	N.º tartarugas marinhas capturadas (<i>Carreta carreta</i>)
2015	177
2016	415
2017	587
2018	423
2019	253
2020	813
2021	812
2022	442

Fonte: Direção Nacional do Ambiente



15 VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



Captura das Aves Marinhas em Cabo Verde

Segundo a Direção Nacional do Ambiente, a predação das aves marinhas em Cabo Verde decorre maioritariamente das agressões por gatos domésticos e cães vadios. A captura furtiva das aves marinhas acontece para fins da criação no cativeiro, animal de estimação, fins medicinais e alimentação.

De enaltecer que, de Junho de 2017 até o presente momento, não se registou qualquer morte de aves marinhas nos Ilhéus Raso, Branco e Rombo. As principais colónias de aves marinhas do país encontram-se nestes espaços territoriais, onde se verifica a presença relativamente constante de parceiros de investigação.



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis



ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador 16.1.1. Número de vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes, por grupo etário

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Entre os anos de 2017 e de 2022, Cabo Verde registou uma ligeira diminuição no número de homicídios por 100 000 habitantes, passando de 7,1 para 5,8.

Tabela 73 – Vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes, por sexo e grupo etário

ANOS	Cabo Verde			IDADE					
	M	F	TOTAL	Menor 12	[12-16]	[17-21]	[22-30]	[31-45]	Maior 45
				total					
2017	6	1,1	7,1	0	0	0,9	2,4	2,6	1,1
2018	4,8	1,8	6,6	0,2	0	1,1	1,8	1,8	1,8
2019	5,1	1,1	6,2	0,2	0	1,1	1,3	2,2	1,5
2020	4,8	1,6	6,5	0	0,2	0,9	2,2	1,4	1,8
2021	3,4	1,6	5	0	0,4	0,2	1,4	1,8	-
2022	4,9	0,9	5,8	0	0,4	0,7	1,8	2,5	-

Fonte: Ministério da Administração Interna

Indicador 16.1.3. Proporção (em %) da população objeto de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses

Na ausência de informações para o cálculo do indicador, apresenta-se a proporção da população de 18 anos ou mais, vítima de violência física nos últimos 12 meses precedentes à entrevista observada no âmbito do módulo sobre Governança, Paz e Segurança, realizada pelo INE, em 2013 e em 2016.

Em 2016, segundo o gráfico 23, verificou-se que 5,4% da população de 18 anos ou mais foi vítima de violência física nos últimos 12 meses precedentes à entrevista, valor ligeiramente superior ao registado em 2013 (4,1%).

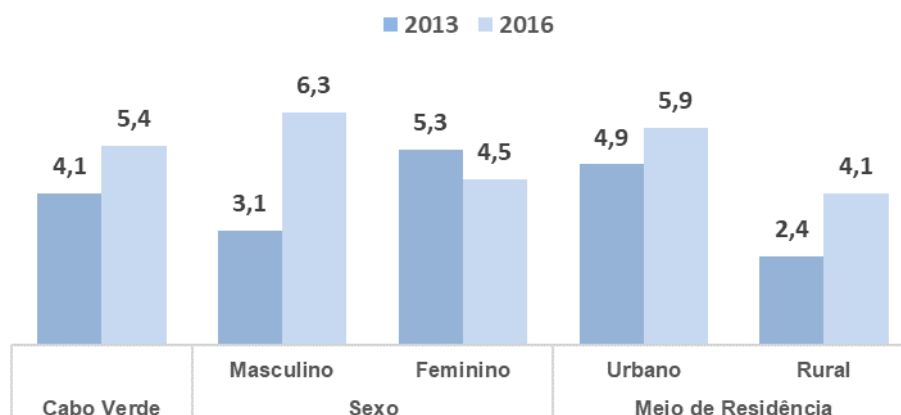


16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Gráfico 22 – Proporção (em %) da população de 18 anos ou mais, objeto de violência física nos últimos 12 meses, por sexo e meio de residência



Fonte: INE – IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança

Indicador 16.1.4. Proporção (em %) de pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas na área onde vivem

Para este indicador, dispõem-se de dados desagregados por período: dia e noite. A insegurança é maior no período da noite, nos dois anos em referência, ou seja, as pessoas (população de 18 anos ou mais) sentem-se mais seguras caminhando sozinhas durante o dia, tanto em 2013, como em 2016. Comparando os dados dos dois anos, verifica-se uma diminuição ao nível de segurança quando se trata de caminhar sozinho de dia (em 3,0 p.p.) e um aumento no que se refere à noite (7,7 p.p.).

Tabela 74 – Proporção de pessoas de 18 anos ou mais que se sentem seguras quando caminham sozinhas, no período diurno e noturno, por sexo e meio de residência (2013/2016)

Anos	Cabo verde		Sexo				Meio de residência			
			Masculino		Feminino		Urbano		Rural	
	Dia	Noite	Dia	Noite	Dia	Noite	Dia	Noite	Dia	Noite
2013	84,4	44	80,2	35,1	89,4	55,5	79,3	34,4	94,3	62,9
2016	81,4	51,7	85,4	59,7	77,6	43,8	77	45,3	91,2	66,2

Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.3.1. Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos.

Em 2016, ao nível nacional, a proporção de pessoas de 18 anos ou mais, vítimas de violência física, e que reportaram às autoridades competentes, foi de 52,3%, valor superior em 6,5 p.p. ao registado em 2013 (45,8%).

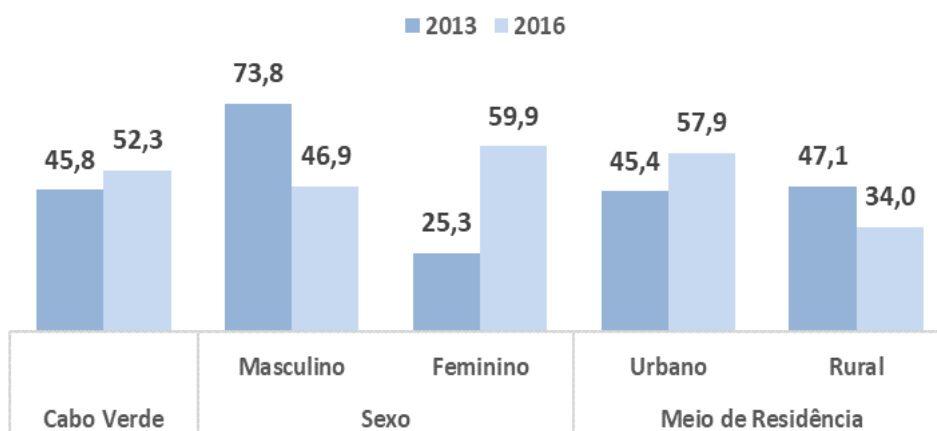


16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Gráfico 23 – Proporção de pessoas de 18 anos ou mais, vítimas de violência física e que reportaram às autoridades competentes, por sexo e meio de residência (2013/2016)

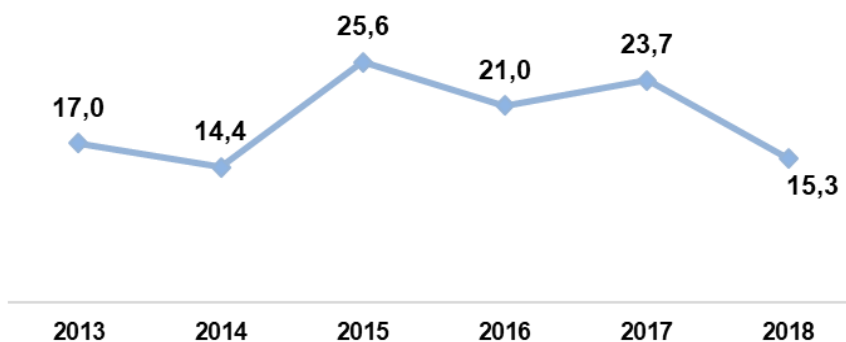


Fonte: INE - IMC- Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.3.2. Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos

A proporção de reclusos em prisão preventiva tem vindo a oscilar ao longo dos anos, registando os maiores valores entre 2015 e 2017. Em abril de 2018, o Censo Prisional registou 15,3% de reclusos em prisão preventiva.

Gráfico 24 – Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos



Fonte: Ministério da Justiça e Trabalho (2013-2017) e INE (Recenseamento Prisional 2018)

Indicador 16.5.1. Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno, ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses.

Em 2016, cerca de 1,2% da população de 18 anos ou mais declarou que, nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito, sentiu-se, pelo menos uma vez, obrigada a oferecer dinheiro, presente ou favor a um funcionário público, em troca de um benefício, representando uma diminuição de 0,3 p.p. face ao registado no inquérito realizado no ano 2013.

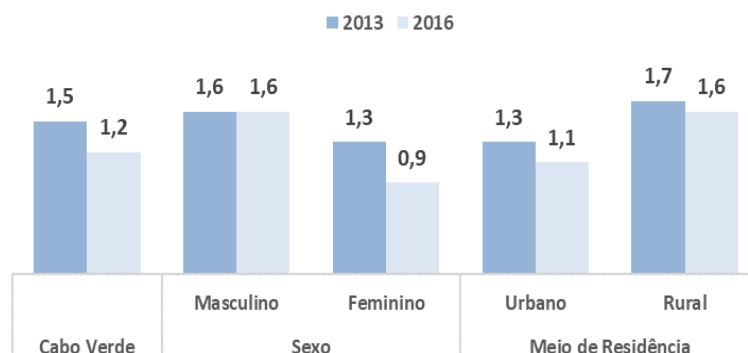


16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Gráfico 25 – Proporção de pessoas de 18 anos ou mais que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses, por sexo e meio de residência

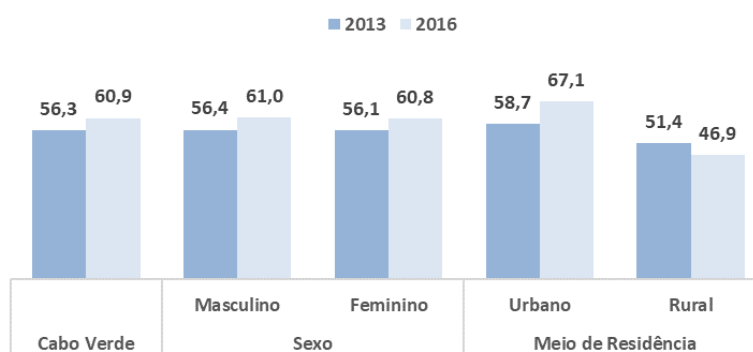


Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016

Indicador 16.6.2. Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos.

Em 2016, cerca de 60,9% da população de 18 anos ou mais declarou estar satisfeita com a última experiência com serviços públicos. Regista-se um aumento do nível de satisfação em 4,6 p.p. face a 2013.

Gráfico 26 – Proporção da população de 18 anos ou mais, satisfeita com a última experiência com serviços públicos, por sexo e meio de residência.



Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016

Indicador 16.7.1: Proporção de cargos em instituições nacionais e locais, incluindo (a) as legislaturas; b) o serviço público; e (c) o poder judicial, comparado com as distribuições nacionais, por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais

Na impossibilidade de apresentar esse indicador como é solicitado, disponibiliza-se a proporção de dirigentes públicos por ministério, segundo sexo. De acordo com a tabela seguinte, a proporção de cargos de dirigentes assumidos por mulheres na administração pública caboverdiana é de 35,8%, e por homens, 64,2%.



Tabela 75 – Proporção de dirigentes públicos segundo o sexo, por Ministérios (2022)

Ministérios	Sexo	
	Feminino	Masculino
Ministério Da Administração Interna	9,5	90,5
Ministério Da Agricultura e Ambiente	56,5	43,5
Ministério Da Educação	40	60
Ministério Da Justiça	52,9	47,1
Ministério Da Saúde	53,3	46,7
Ministério Das Finanças e do Fomento Empresarial	43,9	56,1
Todos os ministérios	35,8	64,2

Fonte: Direção Nacional da Administração Pública

*dados de ministérios com mais de 10 dirigentes

Indicador 16.7.2. Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, grupo etário, incapacidade e grupo populacional.

Em 2016, cerca de 15,7% da população de 18 anos ou mais, declarou acreditar que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados. Regista-se uma diminuição neste indicador face a 2013, no qual cerca de 17,4% da população acreditou na inclusão e adequação dos processos de tomada de decisão.

Tabela 76 – Proporção da população de 18 anos ou mais que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo e grupo etário

Anos	Cabo Verde	Sexo		Grupo etário				
		Masculino	Feminino	[18-24 anos]	[25-34 anos]	[35-44 anos]	[45-54 anos]	>= 55 anos
2013	17,4	16,7	18	9,1	16,2	17,3	18,1	31,8
2016	15,7	15,6	15,7	5,6	12,7	19,3	17,4	22,3

Fonte: INE, IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança

Indicador 16.9.1. Proporção de crianças com menos de 5 anos, com registo de nascimento numa autoridade de registo civil, por idade

Com a obrigatoriedade do registo à nascença nos serviços de saúde, a proporção de crianças registadas tem vindo a ser quase que universal. Com base nas projecções demográficas, pode-se aferir que mais de 93% das crianças menores de 5 anos estão registadas.



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Tabela 77 – Proporção de crianças registadas com idade inferior a 5 anos, por sexo e idade

Sexo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CABO VERDE	101,3	98,4	95,6	94,5	93	97,1	95,9	95,9
Sexo								
Masculino	101,6	98	94,7	93,5	91,5	96,0	95,1	95,6
Feminino	100,9	98,7	96,5	95,6	94,6	98,1	96,6	96,2
Grupo Etário								
0 anos	95,5	93	94,1	93,6	88,2	87,5	82,1	81,0
1 anos	95,7	95,4	92,9	94,1	93,6	97,9	95,5	97,2
2 anos	99,2	95,8	95,5	93	94,2	99,9	98,5	97,9
3 anos	108,4	99,3	96	95,5	93,1	99,2	100,2	99,8
4 anos	108	108,8	99,6	96,3	96	97,8	99,6	99,9

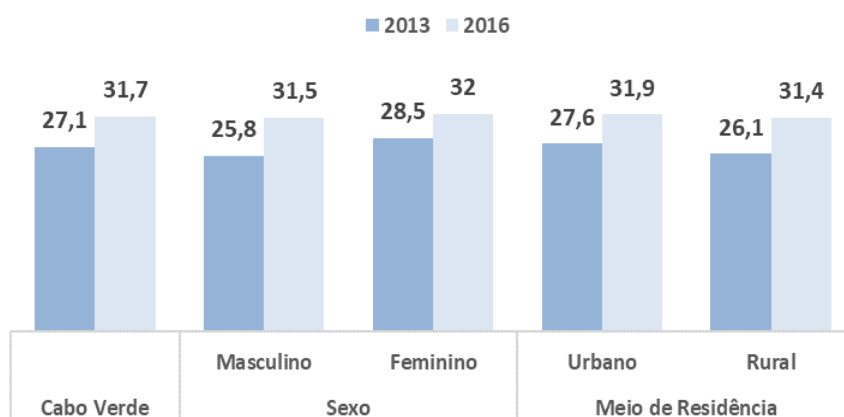
Fonte: INE

Nota: A proporção por vezes é superior a 100, porque nesses anos temos uma subestimação na projeção, tendo assim mais crianças registadas do que na projeção.

Indicador 16.b.1. Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos

Em 2016, cerca de 31,7% da população de 18 anos ou mais, reportou que se sentiu pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos. Observa-se um aumento deste indicador face a 2013, em que se registou cerca de 27,1%.

Gráfico 27 – Proporção da população de 18 anos ou mais que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos, por sexo e meio de residência



Fonte: INE, IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016



ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Indicador 17.1.1. Total das receitas fiscais em percentagem do PIB, por fonte.

A receita fiscal em 2022, de acordo com os dados provisórios, foi de cerca de 18,1% do Produto Interno Bruto, tendo sido, em 2021, de 17,3%. Constata-se que, entre 2015 e 2022, as receitas fiscais em percentagem do PIB, têm oscilado entre alta e baixa. Para este indicador, apresenta-se apenas o total de receitas fiscais em percentagem do PIB.

Tabela 78 – Total das receitas fiscais, em percentagem do PIB

Ano	%
2015	17,5*
2016	17,5*
2017	18,4*
2018	19,7*
2019	18,9*
2020	18,1*
2021	17,3*
2022	18,1*^P

P- Provisório

Nota: * - PIB Base 2015

Fonte: INE e Ministério das Finanças

Indicador 17.1.2. Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente

A percentagem do orçamento do Estado, financiada por impostos cobrados internamente, foi de 70,8% em 2022, tendo aumentado 13,8 p.p. face a 2021.

Tabela 79 – Percentagem do orçamento de Estado financiada por impostos cobrados internamente

Ano	%
2015	61,1
2016	65,7
2017	65,6
2018	72,3
2019	66,5
2020	53,9
2021	57
2022	70,8^P

P- Provisório

Fonte: INE e Ministério das Finanças



Indicador 17.3.1. Investimento direto estrangeiro (IDE), ajuda pública ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do orçamento nacional total

A ajuda pública ao desenvolvimento, medida em função do PIB, foi de 6,6% em 2022, tendo diminuído 2,9 p.p. face a 2021.

Tabela 80 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento, em % do PIB

Ano	%
2015	11,4
2016	6,5
2017	8,8
2018	6,3
2019	7,8
2020	11,2
2021	9,5
2022	6,6

Fonte: Banco de Cabo Verde

Por sua vez, o rácio do Investimento Direto do Estrangeiro em função do PIB , foi de 5,5% em 2022, valor superior ao registado em 2021 (4,4%).

Tabela 81 – Investimento Direto do Estrangeiro em % do PIB

Ano	%
2015	6,6
2016	6,8
2017	5,6
2018	4,7
2019	5,4
2020	3,6
2021	4,4
2022	5,5

Fonte: Banco de Cabo Verde



Indicador 17.3.2. Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total

Em 2022, as remessas de emigrantes diminuíram 1,7 p.p em relação a 2021.

Tabela 82 – Remessas de Emigrantes em % do PIB

Ano	%
2015	11,4
2016	10,7
2017	10
2018	9,8
2019	8,8
2020	11,9
2021	14,6
2022	12,9

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.4.1. Serviço da dívida em proporção das exportações de bens e serviços

O serviço da dívida externa de Cabo Verde, medido em função das exportações de bens e serviços, em 2022 registou um aumento acentuado em relação a 2015, mais precisamente 5,9 p.p.

Tabela 83 – Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços

Ano	%
2015	6,4
2016	6,1
2017	6,4
2018	6
2019	6,1
2020	14,1
2021	10
2022	12,3

Fonte: Ministério das Finanças

Indicador 17.6.1. Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa, por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%)

As informações disponíveis mostram que as subscrições da Internet por banda larga, de rede fixa, por 100 habitantes, passaram de 2,9%, em 2015, para 6,0% em 2022, tendo registado um aumento de 1 p.p. em 2022 face a 2021.



Tabela 84 – Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação

Ano	%
2015	2,9
2016	2,7
2017	2,7
2018	2,9
2019	3,2
2020	4,5
2021	5
2022	6

Fonte: Agência Reguladora Multisectorial da Economia

Indicador 17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet

Mais de 61% da população de 10 anos ou mais, declarou, em 2019, ter utilizado a internet nos últimos três meses precedentes à entrevista.

Tabela 85 – Proporção de indivíduos de 10 anos ou mais que utilizaram a Internet nos últimos três meses

ANOS	Grupo etário análise (em anos)	Cabo Verde	Sexo	
			Masculino	Feminino
2019	Total	61,9	62,9	61
	10-14	31,5	31,8	31,1
	15-24	79,9	76,5	83,5
	25-34	83,7	81,7	86
	35-64	57	58,9	55,2
	65-74	25,7	40	14,2
	75 ou mais	7,9	13,5	4,5
2021	Total	66,9		
	10-17	67,1		
	18-24	66,7		
	25-64	53,3		
	65 ou +	85,1		
2022	Total	63,0	63,4	62,6
	10-14	34,2	30,5	37,8
	15-24	79,0	78,2	79,9
	25-34	83,2	81,3	85,1
	35-64	61,0	60,8	61,2
	65-74	27,2	33,7	23,6
	75 ou +	9,0	14,7	6,5

Fonte: INE, Inquérito Multiobjetivo Contínuo; RGPH 2021



Indicador 17.9.1. Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular), destinada a países em desenvolvimento

A ajuda pública ao desenvolvimento passou de 197 milhões de dólares, em 2015, para 153 milhões de dólares, em 2022.

Tabela 86 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento em USD (milhões) e em % do PIB

Ano	Milhões de USD	%
2015	197	11,4
2016	114	6,5
2017	186	8,8
2018	135	6,3
2019	177	7,8
2020	211	11,2
2021	198	9,5
2022	153	6,6

Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)

Nota: Segundo o BCV, os dados do sector externo, principalmente da Balança de Pagamentos, estão sujeitos a atualizações. Por norma, os dados são provisórios por até sensivelmente 3 anos.

Indicador 17.11.1. Quota-parte das exportações globais provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos

Apesar de ser um indicador global para análise comparativa entre os países, apresentam-se, de seguida, os dados relativos às exportações de bens e serviços para o caso de Cabo Verde.

Segundo os dados ilustrados na tabela 87, o valor das exportações de mercadorias sofreu um decréscimo de 3 % em 2022, face a 2021.

Tabela 87 – Exportação de mercadorias (em milhões ECV)

Ano	Valor em milhões ECV
2015	6 644
2016	5 973
2017	4 892
2018	7 060
2019	6 071
2020	5 101
2021	5 177
2022	5 020

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



Tabela 88 – Exportação de serviços (em milhões de escudos ECV)

Ano	Valor em milhões de ECV
2015	49 878
2016	55 854
2017	59 152
2018	64 410
2019	72 856
2020	28 961
2021	26 982
2022	60 762

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.13.1 Painel de indicadores macroeconómicos

Tabela 89 – Painel de indicadores macroeconómicos

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Contas Nacionais, Preços e Emprego									
Produto Interno Bruto ¹	taxa de crescimento real em %	0,9	4,3	4,6	3,7	7,6	-19,3	6,8	17,7
Inflação Média Anual	taxa variação em %	0,1	-1,4	0,8	1,3	1,1	0,6	1,9	7,9
Inflação Homóloga	taxa variação de dezembro em %	-0,5	-0,3	0,3	0,9	1,9	-0,9	5,4	7,6
Taxa de Desemprego	em % da população ativa	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3	14,5	8,3	n.d.
Sector Monetário e Financeiro									
Massa Monetária	taxa variação em %	5,9	8,4	6,6	1,7	8,1	3,6	3,0	5,9
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	13,4	18,6	2,3	-6,5	24,8	-9,9	5,2	8,3
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	2,1	3,7	6,3	2,8	-2,1	6,7	4,8	7,4
Crédito à Economia ²	em % do PIB	55,7	54,4	55,2	53,9	51,6	66,5	65,8	55,3
Depósitos de Particulares e Sociedades Não Financeiras ³	em % do PIB	80,9	83,5	84,7	81,8	82,7	105,2	101,3	85,5
Depósitos a Prazo e de Poupança de Emigrantes	em % do PIB	28,5	28,2	26,4	24,7	24,1	29,6	28,0	23,0
Taxas de Câmbio									
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	100,0	100,6	101,0	101,3	101,0	101,2	101,2	100,5
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	100,0	98,3	97,9	97,7	97,2	97,8	96,5	94,4
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	99,4	99,7	97,9	93,4	98,5	96,8	93,2	104,9
Sector Externo									
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-3,6	-2,7	-6,1	-0,5	-0,4	-14,1	-10,5	-2,4
Balança Corrente	em % do PIB	-4,7	-3,4	-7,0	-1,1	-1,0	-15,3	-11,8	-3,4
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	18,8	18,7	20,2	21,1	21,2	8,1	6,3	16,4
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	11,4	10,7	10,0	9,8	8,8	11,9	14,6	12,9
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	6,6	6,8	5,6	4,7	5,4	3,6	4,4	5,5
Reservas/Importações	meses	6,7	7,2	6,0	5,6	6,9	7,9	7,5	6,0
Finanças Públicas									
Saldo Global ⁴	em % do PIB	-4,2	-2,7	-2,6	-2,3	-2,1	-9,0	-7,5	-4,0
Saldo Global Primário	em % do PIB	-1,8	-0,4	-0,3	-0,1	0,1	-6,4	-5,3	-1,8
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	86,5	86,0	83,4	81,5	79,2	101,9	102,2	83,8
Stock da Dívida Interna ⁵	em % do PIB	26,4	28,5	28,8	30,1	29,7	40,1	43,1	40,1

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

1. Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.
 2. Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes.
 3. Resultado Global incluindo Donativos
 4. Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).
- n.d.-Não disponível.

AGENDA **2063**



THE **AFRICA**
WE WANT

ENQUADRAMENTO

Em 2015, os chefes de Estado e governos Africanos, em Assembleia da União Africana (UA) realizada em Adis Abeba, Etiópia, criaram uma nova agenda política para estimular o desenvolvimento no continente africano. Encontro que foi marcado pela sua grande relevância no que tange à progressão, trazendo uma nova realidade para o continente africano nas diversas áreas. Sendo assim, a nova conjuntura mundial coloca uma pressão sobre os desafios a serem traçados de modo a dinamizar e fortalecer o relacionamento entre os estados, visando alcançar os objetivos propostos. Os resultados deste encontro foram fundamentais para tal iniciativa, de modo que, as lições e experiências incorporadas do passado pelos atores continentais, o entendimento de que a África jamais estaria tão forte e unida e de que as suas organizações regionais se encontravam fortalecidas e em pleno funcionamento, e a percepção de existência de novas oportunidades de desenvolvimento e de investimento, ou seja, colocar o povo africano no centro das atenções. Intitulada Agenda 2063, a proposta traz novidades tanto em relação aos atores nela envolvidos, quanto em termos dos seus objetivos. Para além dos Estados – centrais para a efetivação da Agenda -, também assumiram responsabilidade pela concretização da proposta a Comissão da UA e a Agência de Planeamento e Coordenação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NPCA), em colaboração com o Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB) e a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA). A Agenda 2063 é composta por sete aspirações e vinte objetivos, trazendo à luz, uma nova realidade para o continente, visando o cumprimento e seguimento desses objetivos de modo que no futuro teremos uma África que almejamos, uma África próspera baseada num crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável, um continente integrado, politicamente estável, que respeita e pauta pelo cumprimento dos direitos humanos, promovendo as boas praticas da governação, democracia, estado de direito, justiça e segurança, uma África em que o desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando no potencial do povo africano, em especial nas mulheres e na juventude, uma África como actor, unida, resistente, forte e influente e parceira a nível mundial. Não obstante as medidas adotadas que efetivamente possam alcançar os objetivos propostos, é necessária uma maior integração económica entre os estados africanos, quebrando as barreiras comerciais, e com uma maior mobilidade das pessoas, para que de facto o desenvolvimento atinja o seu nível esperado.



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



OBJETIVO 1 ÁFRICA 2063 - UM PADRÃO DE VIDA ELEVADO, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA TODOS OS CIDADÃOS

Indicador 1.1.1: PIB Real *per capita*

Os dados da tabela 90 mostram uma tendência ascendente do PIB Real per capita em escudo cabo-verdiano, de 2015 até 2019. Entretanto, em 2020, nota-se uma diminuição deste indicador face a 2019, de 19,9%. No que se refere ao PIB per capita real em US dólar, constata-se também que, em 2020, sofreu uma queda de 18,5%.

Tabela 90 – PIB Real *per capita*

ANOS	PIB Real (milhões de ECV)	População	Taxa câmbio média USD	PIB Real <i>per capita</i> em ECV	PIB Real <i>per capita</i> em US\$
2015	173.911	491.436	99,39	353.883	3.561
2016	181.355	493.465	99,69	367.514	3.687
2017	189.609	495.522	97,89	382.646	3.909
2018	196.638	497.558	93,39	395.207	4.232
2019	210.300	499.609	98,5	420.930	4.274
2020 ^P	169.086	501.657	96,8	337.056	3.482
2021 ^P	179.933	504.125	93,22	356.922	3.829
2022^P	210.529	506.595	104,86	415.576	3.963

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde

Indicador 1.1.2: Taxa de desemprego, segundo sexo, idade e meio de residência

Em 2022, a taxa de desemprego situou-se em 12,1%, tendo aumentado em 3,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021. Em termos de idade, nota-se que o desemprego tem maior incidência nas pessoas com idade entre 16 e 24 anos. Quanto ao género, o desemprego é maior nas mulheres (14%) comparativamente aos homens (10,3%). Este indicador está alinhado com o indicador 8.5.2 da agenda 2030 - Taxa de desemprego, por sexo, grupo etário e pessoas com deficiência.

Tabela 91 – Taxa de desemprego segundo sexo, idade e meio de residência

ANOS	Total	Idade					Sexo		Meio de residência	
		16-24	25-34	35-44	45-54	55+	Masculino	Feminino	Urbano	Rural
2015	12	29	15	7	6	3	14	11	14	8
2016	15	40,8	15,4	6,4	3,8	4	12,9	17,4	16,9	10,3
2017	12	33	13	7	6	3	12	13	13	9
2018	12,2	27,5	15	5,9	5,9	4,7	12,7	11,6	12,4	11,5
2019	11	25	13	8	6	4	11	12	11	12
2020	14,5	32,4	18,6	9,8	6,9	3,8	14,8	14,2	15	13,1
2021	8,3	20,6	10,4	5,3	3,7	2,5	6,7	10,4	8,9	6,3
2022	12,1	27,5	13,8	7,3	7,8	4,8	10,3	14	12,1	12

Fonte: INE, IMC - Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



Indicador 1.2.1: Índice de Gini

Para se caracterizar o nível e a evolução da desigualdade no consumo, a literatura oferece vários índices, sendo o mais importante e mais utilizado o de Gini.

Este indicador varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0 (zero), menor é a desigualdade social. Segundo os dados do IDRF, nota-se uma diminuição deste indicador em 2015 (0,42), comparativamente a 2007 (0,47), traduzindo-se numa melhoria da igualdade social.

Para os seguintes objetivos apresentam-se os seguintes alinhamentos:

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
1.2.2	Percentagem da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional	1.1.1	Proporção da população que vive abaixo do limiar de pobreza internacional, por sexo, idade, situação social e localização geográfica (urbana/rural). (Ver Tabela 1)
1.2.3	Prevalência de subnutrição	2.1.1	Prevalência de subnutrição. (Ver Gráfico 1)

Indicador 1.3.1.a: Percentagem da população com acesso à energia elétrica, segundo meio de residência

Em 2022, cerca de 92,8% da população residente afirmou ter acesso à energia elétrica, tendo aumentado 5,9 pontos percentuais face a 2015. Quanto ao acesso por meio de residência, observa-se que a diferença entre o meio urbano (93%) e meio rural (92,4%) foi apenas 0,6 p.p.

Este indicador está alinhado com indicador 7.1.1 - Percentagem da população com acesso à eletricidade da agenda 2030.

Tabela 92 – Percentagem de população com acesso à energia elétrica por meio de residência

ANOS	Cabo Verde	Meio Residência	
		Urbano	Rural
2015	86,9	90,6	79,6
2016	90,1	93,5	83,4
2017	90,1	92,3	85,7
2018	90,3	91,7	87,5
2019	92,2	94,1	88,4
2021	91,5	93	87
2022	92,8	93	92,4

Fonte: INE, IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida (2015-2019 e 2022) e Censo 2021



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



Indicador 1.3.1.b: Percentagem da população com acesso à internet, segundo sexo e meio de residência

Os dados apresentados na tabela 93, indicam que, em 2022, 63% da população cabo-verdiana tem acesso à internet, sendo que as maiores incidências recaem sobre os homens e pessoas que vivem no meio urbano, com 63,4% e 66,3% de acesso, respetivamente.

Tabela 93 – Percentagem da população de 10 anos ou mais com acesso à internet, segundo sexo e meio de residência

ANOS	Total	Meio de Residência		Sexo	
		Urbano	Rural	Homem	Mulher
2015	41,8	50,7	25,7	44,6	39,3
2016	50,4	57,4	36,2	50,9	49,8
2017	57,2	63,8	43,3	57,9	56,5
2018	58,2	64,7	44,3	62,2	56,9
2019	61,9	69	47,5	62,9	61
2021	66,9	71,7	53,1	67,1	66,7
2022	63,0	66,3	53,6	63,4	62,6

Fonte: INE, IMC - Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação

Indicador 1.3.2: Percentagem da população com acesso à água potável, segundo meio de residência

Os dados apresentados na tabela 94 indicam a proporção da população com acesso a fontes melhoradas de água potável, isto é, acesso à água através da rede pública de distribuição (água canalizada da rede pública, chafariz ou o acesso através da casa de vizinhos). Entre 2015 e 2022, verificou-se um aumento, passando de 85,1% para 94,8% da população com acesso a uma fonte melhorada de água potável. Quanto ao meio de residência, nota-se uma maior utilização da água potável no meio urbano (98,4%) do que no rural (84,4%).



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



Tabela 94 – Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável⁵ por meio de residência, em %

ANOS	Cabo Verde	Meio residência	
		Urbano	Rural
2015	85,1	92,1	71,3
2016	85,5	92,3	71,5
2017	85,2	90,5	73,7
2018	86,0	92,0	73,2
2019	85,5	91,6	72,8
2021	92,8	97,4	79,5
2022	94,8	98,4	84,4

Fonte: INE, IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Tendo em conta que uma vez alinhados com os indicadores na agenda 2030, concretamente os ODS 11 - *Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis* e ODS 6 - *Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos*, apresenta-se o quadro seguinte detalhando as informações.

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
1.3.3	Proporção da população urbana que vive em favelas, assentamentos informais ou moradias inadequadas	11.1.1	Proporção da população urbana que vive em favelas, assentamentos informais ou moradias inadequadas. (Ver Tabela 63)
1.3.4	% da população que utiliza serviços de saneamento geridos de forma segura.	6.2.1	Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguro, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão. (Ver Tabela 35)

⁵ Em Cabo Verde, consideram-se Fontes Melhoradas de água Potável: "Chafariz", "Rede Pública/Canalização.../ Água Canalizada... (incluindo das casas dos vizinhos) "



OBJETIVO 2:

Cidadãos bem educados e revolução de competências apoiada pela ciência, tecnologia e inovação



OBJETIVO 2 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS BEM-EDUCADOS E REVOLUÇÃO DE COMPETÊNCIAS APOIADAS PELA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicador 2.1.1: % de crianças na idade do pré-escolar a frequentar este nível

A frequência à educação pré-escolar para crianças dos 4 aos 5 anos, em 2021/22, foi de 84,0%, tendo aumentado 18,3 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2020/21 (recorde-se que este período coincide com o período pandémico de covid 19). Em termos de género, constata-se uma ligeira vantagem para as meninas neste ano.

Tabela 95 – % de crianças na idade do pré-escolar a frequentar este nível

ANOS	Total	Rapaz	Menina
2014/15	84,2	83,8	84,5
2015/16	86,6	84,4	88,9
2016/17	81,1	79,7	82,5
2017/18	80,2	79,4	81
2018/19	81,8	80,2	83,5
2019/20	81,2	84,4	78,1
2020/21	65,7	68,2	63,3
2021/22	84	83,1	85

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 2.1.2: Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo

A taxa líquida de escolarização no ensino básico (1º - 8º ano) evidencia a frequência de crianças em idade normal (6 - 13 anos) de escolarização deste nível de ensino. Os dados da tabela 96 indicam que 96,6% das crianças, com idade entre 6 e 13 anos, estavam a frequentar o ensino básico. Quanto ao sexo, constata-se que todas as meninas nesta estão a frequentar este nível de ensino.

Tabela 96 – Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo

ANOS	Total	Rapaz	Menina
2014/15	91,4	93	89,7
2015/16	91,7	93,3	90
2016/17	92,3	93,8	90,8
2017/18	92,4	94	90,9
2018/19	93,3	94,8	91,9
2019/20	91,4	90,4	92,3
2020/21	91,9	91,4	92,5
2021/22	96,6	98,9	100

Fonte: Ministério da Educação



OBJETIVO 2:

Cidadãos bem educados e revolução de competências apoiada pela ciência, tecnologia e inovação



Indicador 2.1.3: Proporção de professores qualificados em Ciências ou Tecnologia ou Engenharia ou Matemática (STEM), por sexo

Tabela 97 – Proporção de professores qualificados em STEM, por sexo

ANOS	Total	Proporção de professores STEM qualificados, homens	Proporção de professores qualificados em STEM, mulheres
2014/15	20,2	25,3	14,2
2015/16	16,2	19,5	12,6
2016/17	13,5	16,5	10,2
2017/18	16,9	19,5	13,9
2018/19	16,7	19,5	13,7
2019/20	13,9	17,4	10
2020/21	13,6	18,7	8,6
2021/22	19,5	26,6	12,6

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 2.1.4: Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo

A taxa líquida de escolarização no ensino secundário situou-se em 67,2% em 2021/22, tendo aumentado em cerca de 6,3 pontos percentuais em relação ao ano letivo de 2020/21. A diferença de escolarização entre rapazes e meninas em idade normal de escolarização é significativa, tendo elas uma vantagem de 18,4 pontos percentuais em relação ao rapazes em 2021/22.

Tabela 98 – Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo, em %

ANOS	Total	Rapaz	Menina
2014/15	51	43,8	58,3
2015/16	52,1	44,9	59,5
2016/17	53,1	46	60,4
2017/18	53,3	45,7	61,1
2018/19	53,9	46,4	61,5
2019/20	54,4	62	46,6
2020/21	60,9	68,2	53,6
2021/22	67,2	58,2	76,6

Fonte: Ministério da Educação



OBJETIVO 3 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS SAUDÁVEIS E BEM NUTRIDOS

Este objetivo visa garantir que hajam cidadãos saudáveis e bem nutridos, tendo como áreas prioritárias a saúde e a nutrição, as quais refletirão na melhoria da saúde para todos, designadamente na redução da mortalidade infantil, na melhoria da saúde materna, e no combate ao HIV/AIDS, ao paludismo e a outras doenças.

A maioria dos indicadores elencados para este objetivo, estão alinhados com o ODS 3 - *Saúde e Qualidade da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* e apenas um com o ODS 2. O quadro seguinte lista em detalhe o alinhamento dos indicadores das duas agendas.

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
3.1.1	Percentagem de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) com acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Total de mulheres e população com 15 – 45 ano	3.7.1	Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos de planeamento familiar modernos. (Ver Tabela nº 15)
3.1.2 a	Taxa de mortalidade materna	3.1.1	Taxa de mortalidade materna. (Ver Gráfico nº 3)
3.1.2 b	Taxa de mortalidade neonatal	3.2.2	Taxa de mortalidade neonatal (Ver Gráfico nº 6)
3.1.2 c	Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos	3.2.1	Taxa de mortalidade antes dos 5 anos. (Ver Gráfico nº 5)
3.1.3 a	Número de novos casos de infeção por HIV por 1000 habitantes	3.3.1	Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas. (Ver Quadro nº 1)
3.1.3 b	Incidência de tuberculose por 1000 habitantes	3.3.2	Incidência da tuberculose por 100.000 habitantes. (Gráfico nº 7)
3.1.3 c	Incidência de malária por 1000 habitantes	3.3.3	Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes (Gráfico nº 8)
3.1.5	Prevalência de baixo peso em crianças menores de cinco anos de idade	2.2.1	Prevalência de desnutrição (peso para estatura >+2 ou desvio padrão <-2 da mediana dos Padrões de Crescimento Infantil da OMS) entre crianças menores de 5 anos de idade, por tipo (emagrecimento e sobrepeso). (Ver Tabela 11)



Indicador 3.1.4 - Percentagem de população elegível seropositiva com acesso ao tratamento antirretroviral

Tabela 99 – População elegível seropositiva com acesso ao tratamento antirretroviral

Ano	Estimação de pessoas que vivem com VIH em Cabo Verde (estimação spectrum)	Número de pessoas em tratamento antirretroviral	Taxa cobertura antirretroviral em Cabo Verde
2016	2400	1583	66%
2017	2700	1847	68%
2018	2900	2200	76%
2019	3250	2368	73%
2020	3700	2556	69%
2021	4150	2847	69%

Fonte: Ministério da Saúde



OBJETIVO 4 ÁFRICA 2063 - ECONOMIAS TRANSFORMADAS E CRIAÇÃO DE EMPREGO

Indicador 4.1.1: Taxa de variação do PIB real

Em 2022, o PIB registou um crescimento de 17,7% em volume, o mais alto verificado ao longo da série, após o aumento de 6,8% em 2021, que foi precedido de uma diminuição histórica em 2020 (-19,3%) na sequência dos efeitos adversos da COVID 19 na atividade económica.

Tabela 100 – Taxa de variação do PIB real em %

ANOS	Taxa de variação do PIB real
2015	0,9
2016	4,3
2017	4,6
2018	3,7
2019	7,6 ^P
2020	-19,3 ^P
2021	6,8 ^P
2022	17,7^P

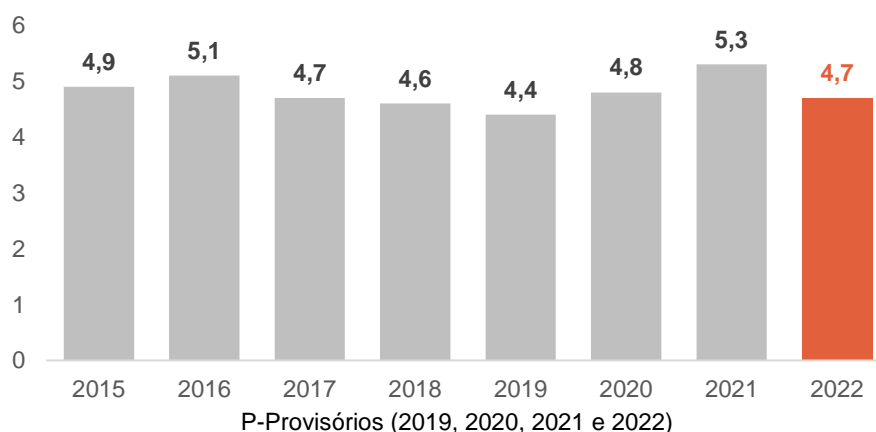
P - Provisório

Fonte: INE, Contas Nacionais (base 2015=100 e SCN 2008)

Indicador 4.2.1. Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

O gráfico 28 mostra a evolução do peso do valor acrescentado bruto (VAB) da indústria transformadora no Produto Interno Bruto no período 2015 – 2022. Pode-se constatar que em média este indicador apresenta um peso de 4,8% no PIB, no período em análise.

Gráfico 28 – Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB



P-Provisórios (2019, 2020, 2021 e 2022)

Fonte: INE, Contas Nacionais (base 2015=100 e SCN 2008)



Indicador 4.4.1: Valor acrescentado do turismo em % do PIB

Na impossibilidade de obter esse indicador como é solicitado, foi calculado um proxy, que é o valor acrescentado de alojamentos e restauração em percentagem do PIB. O cálculo do próprio indicador só será possível após a publicação da Conta Satélite do Turismo.

A atividade de alojamento e restauração representa um peso médio de 7,3% no PIB no período de 2015 a 2019. Em 2020 e 2021, essa atividade teve uma redução significativa do seu peso no PIB, refletindo os efeitos adversos da pandemia da COVID 19. Já em 2022, com a reabertura progressiva da atividade económica, o peso da atividade alojamento e restauração no PIB, alcançou o nível registado em 2019 (8,1%).

Tabela 101 – Valor acrescentado de alojamentos e restauração em % do PIB

Ano	%
2015	7,3
2016	6,1
2017	7,7
2018	7,4
2019	8,1
2020	3,5
2021	2,4
2022	8,2

Fonte: INE, Contas Nacionais (base 2015=100 e SCN 2008)



OBJETIVO 6 ÁFRICA 2063 - ECONOMIA AZUL / OCEANO PARA UM CRESCIMENTO ECONÔMICO ACELERADO

Indicador 6.1.1: Valor acrescentado do sector da pesca, em percentagem do PIB

A proporção da pesca no PIB tem variado entre 0,9% e 1,5% ao longo da série. A sua maior contribuição no PIB foi, em 2015 (1,5%). Depois da estabilização do seu peso, em 2016 a 2018, a proporção da pesca no PIB registou uma ligeira diminuição em 2019 e 2022, tendo apresentado o seu menor peso (0,9%) de toda a série em análise.

Tabela 3 – Proporção (%) da Pesca no PIB

Anos	Proporção da Pesca no PIB
2015	1,5
2016	1,3
2017	1,3
2018	1,3
2019	0,9 ^P
2020	1,0 ^P
2021	1,1 ^P
2022	0,9^P

P – provisório

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas e INE- Contas Nacionais (base 2015=100 e SCN 2008)



OBJETIVO 7:

Economias ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas



OBJETIVO 7 - ECONOMIAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Os indicadores desse objetivo estão alinhados com o *ODS 2 - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável*, os *ODS 14 - Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável* e os *ODS 15 - Proteger, restaurar e promover a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e inverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade*, cujos indicadores estão detalhados no quadro seguinte:

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
7.1.1	% de terras agrícolas sob gestão sustentável.	2.4.1	Proporção da superfície agrícola consagrada à agricultura produtiva e sustentável. (Ver Gráfico nº 2)
7.1.2. a	% das zonas terrestres e das águas interiores preservadas.	15.1.2	Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por zonas protegidas, por tipo de ecossistema. (Ver Tabela nº 69)
7.1.2. b	% de zonas costeiras e marinhas preservadas	14.5.1	Cobertura de áreas protegidas em relação a áreas marinhas. (Ver Figura nº 3)



OBJETIVO 10 ÁFRICA 2063 – ÁFRICA COM INFRAESTRUTURAS CRUZADAS DE CLASSE MUNDIAL

Indicador 10.1.4: Número de megawatts adicionado à rede nacional

A produção de energia elétrica, tem verificado uma tendência crescente ao longo dos anos, tendo sofrido um decréscimo em 2020 devido à crise pandémica mundial, devido ao COVID 19. Em 2022, registou um aumento de 13,5% (538 192 MWh) em relação a 2021 (474 366 MWh).

Tabela 103 – Produção total de Energia Elétrica

ANOS	Nº de megawatts
2015	419 535
2016	443 975
2017	490 999
2018	496 287
2019	511 665
2020	452 931
2021	474 366
2022	538 192

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

O total da potência instalada em 2022 foi de 208 MW. Tem verificado uma tendência crescente ao longo dos anos.

Tabela 104 – Número de megawatts adicionado à rede nacional

ANOS	Potencia instalada em megawatt (MW)
2015	178
2016	176
2017	176
2018	179,7
2019	172,8
2020	181,8
2021	182,7
2022	208,1

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Indicador 10.1.5a: Proporção da população que usa telemóvel

Este indicador está alinhado com o ODS 5 como no quadro abaixo especificado.

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
10.1.5a	Proporção da população que usa telemóvel	5.b.1	Proporção de indivíduos que possuem um telemóvel, por sexo (<i>Ver Tabela nº 33</i>)



OBJETIVO 11:

Valores e práticas democráticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do estado de direito bem estabelecidos



OBJETIVO 11 ÁFRICA 2063 – VALORES DEMOCRÁTICOS, PRÁTICAS, PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DOS DIREITOS HUMANOS, DA JUSTIÇA E DO ESTADO DE DIREITO BEM ESTABELECIDOS

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
11.1.1	Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, grupo etário, incapacidade e grupo populacional	16.7.2	Proporção da população que acredita que a tomada de decisões é inclusiva e reativa, por sexo, idade, deficiência e grupo populacional. (Ver Tabela nº 76)



OBJETIVO 12:

Instituições capazes e liderança transformadora implementadas



OBJETIVO 12 ÁFRICA 2063 - INSTITUIÇÕES ADEQUADAS E LIDERANÇA TRANSFORMADORA IMPLEMENTADAS

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
12.1.1	Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram suborno a um funcionário público ou foram solicitadas suborno por esses funcionários públicos durante os últimos doze meses	16.5.1	Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram suborno a um funcionário público, ou que foram solicitadas suborno por esses funcionários públicos, durante os 12 meses anteriores. (Ver Gráfico nº 25)



OBJETIVO 17:

Plena igualdade de gênero em todas as esferas da vida



OBJETIVO 17 – PLENA IGUALDADE DE GÊNERO EM TODAS AS ESFERAS DA VIDA

O objetivo 17 da Agenda 2063 para África visa garantir a plena igualdade do gênero em todas as esferas da vida, nas quais foram definidas como áreas prioritárias a capacitação da mulher e meninas, a violência e a discriminação contra elas.

Dos cinco (5) indicadores desse objetivo, quatro (4) estão alinhados com os indicadores do **ODS 5 - Igualdade do Gênero** e um (1) está alinhado com o **ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis** da agenda 2030, conforme o quadro seguinte.

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
17.1.1	Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo	5.a.1	Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo. <i>(Ver Tabelas 30,31 e 32)</i>
17.1.2	Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional	5.5.1	Proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) governos locais. <i>(ver Gráfico 14)</i>
17.2.1	Proporção de mulheres e meninas objetos de violência sexual e física	5.2.1	Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência <i>(ver Tabela 27)</i>
17.2.3	Proporção de crianças cujos nascimentos são registados no primeiro ano.	16.9.1	Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil, por idade. <i>(ver Tabela 77)</i>



OBJETIVO 18 ÁFRICA 2063 – JOVENS E CRIANÇAS ENVOLVIDOS E CAPACITADOS

O objetivo 18 da agenda 2063 para a África visa garantir que jovens e crianças sejam envolvidos e capacitados para uma África preocupada com o desenvolvimento das pessoas, particularmente das mulheres, dos jovens e das crianças, cuidadas dignamente.

Os indicadores referentes a este objetivo já foram descritos anteriormente nos ODS 5, 8 e 16, conforme o quadro seguinte.

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
18.1.1	Indicador Taxa de desemprego segundo sexo e idade	8.5.2	Taxa de desemprego segundo sexo e idade (ver Tabela 39)
18.1.2	% de crianças envolvidas em casamentos infantis	5.3.1	Proporção de mulheres com idade entre os 20 e os 24 anos que casaram ou viveram em união de facto antes dos 15 anos e antes dos 18 anos (ver Tabela 29)
	% de crianças traficadas de seres humanos	16.2.2	Número de vítimas de tráfico de seres humanos por 100 000 habitantes, por sexo, idade e forma de exploração.

Os indicadores **18.1.2.a** - % de crianças envolvidas no trabalho infantil e **18.1.2.c** – Crianças vítimas de tráfico de pessoas em percentagem e **18.1.3** – Nível de implementação das disposições da Carta Africana da Juventude pelos Estados Membros não dispõe de dados.

Indicador 18.1.2.b: % das crianças envolvidas no casamento infantil

Embora o indicador sobre a percentagem de crianças envolvidas em casamentos infantis já esteja alinhado com o ODS 5, apresenta-se no quadro seguinte somente a percentagem de crianças menores de 18 anos que casaram.

Tabela 105 – Percentagem das crianças envolvidas no casamento infantil

ANOS	Número de filhos casados com menos de 18 anos	Número total de crianças na população	Proporção de filhos menores de 18 anos que são casados
2014	3	185266	0,002
2015	3	184445	0,002
2016	9	200000	0,005
2017	3	183464	0,002
2018	6	183297	0,003
2019	0	182981	0
2020	1	182662	0
2021	0	182539	0

Nota: não inclui viver em uma relação conjugal

Fonte: INE, Estatísticas Vitais, 2018



OBJETIVO 19:

África como um parceiro importante nos assuntos globais e coexistência pacífica



OBJETIVO 19 ÁFRICA - ÁFRICA COMO PARCEIRO IMPORTANTE NOS ASSUNTOS GLOBAIS E CO-EXISTÊNCIA PACÍFICA

Indicador 19.1.1.a: Disponibilidade de legislação estatística que cumpra os princípios fundamentais das estatísticas oficiais

A Lei n.º 35/VII/2009, de 2 de março, que estabelece os princípios e as normas por que se rege o Sistema Estatístico Nacional, que esteve em vigor até 18 de fevereiro de 2019, acolheu os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas nos seguintes artigos:

Princípio 1º (Relevância, Imparcialidade e Acesso Universal) - é acolhido, em parte, no artigo 5.º, n.º 1, alínea c).

Princípio 2º (Normas Profissionais e Ética) - é acolhido no artigo 20.º, alínea b)

Princípio 3º (Responsabilidade e Transparência) - é acolhido no artigo 6.º (Fiabilidade)

Princípio 4º (Prevenção de Uso Incorreto) - é acolhido no artigo 5.º (Independência), n.º 2.

Princípio 5º (Custo-benefício) - é acolhido no artigo 7.º (Racionalidade)

Princípio 6º (Sigilo) – é acolhido no artigo 10.º (Princípio do Segredo Estatístico)

Princípio 7º (Legislação) - O facto de a legislação do SEN ser publicada no Boletim Oficial assegura já, de algum modo, o acolhimento deste princípio, a que acresce a sua publicação no *site* do INE.

Princípio 8º (Coordenação Nacional) - é acolhido no artigo 12.º (Coordenação estatística)

Princípio 9º (Padrões Internacionais) - é acolhido nos artigos 3.º, alínea a), e 11.º (Qualidade).

Princípio 10º (Cooperação Internacional) - artigo 20.º, alínea k), ao atribuir ao CNEST a competência para “Emitir parecer sobre os projetos de programas anuais de cooperação estatística dos Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais, visando a sua integração.”

A referida Lei foi revogada pela Lei n.º 48/IX/2019, de 19 de fevereiro – que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional.



OBJETIVO 19:

África como um parceiro importante nos assuntos globais e coexistência pacífica



Indicador 19.1.1.c: Existência de disposições institucionais formais para a coordenação da compilação de estatísticas oficiais

A atividade estatística oficial em Cabo Verde (designadamente a produção e difusão de estatísticas oficiais) é exercida pelo Sistema Estatístico Nacional (SEN) (definido como sendo “o conjunto orgânico integrado pelas entidades públicas aos quais compete o exercício da atividade estatística oficial de interesse nacional”).

- O SEN é regulado pela Lei n.º 48/IX/2019, de 19 de fevereiro [que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do SEN] – 1º componente
- O Conselho Nacional de Estatística é o órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o SEN [artigo 16.º e ss.] – 2º componente
- O Instituto Nacional de Estatística é o órgão executivo central de produção e difusão de estatísticas oficiais no âmbito do SEN, tendo como atribuições o exercício de funções de conceção, recolha, processamento, apuramento, análise, difusão e coordenação de dados estatísticos oficiais que interessam ao país. [artigo 24.º e 26.º] – 3º componente.

Nota: Os indicadores do ODS 17 da agenda 2030 não serão retratados neste capítulo, visto que já foram descritos da página 74 a 79.



OBJETIVO 20:

África assume plena responsabilidade de financiar o seu próprio desenvolvimento



OBJETIVO 20 ÁFRICA 2063 – A ÁFRICA ASSUME PLENA RESPONSABILIDADE DE FINANCIAR O SEU PRÓPRIO DESENVOLVIMENTO

Indicador 20.1.1: Parte do orçamento do sector público financiada pelos mercados de capitais nacionais

Conforme os dados do Ministério das Finanças, em 2019, 21,1% das despesas de desenvolvimento foram pagas pelo mercado financeiro nacional, tendo registado um aumento de 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior.

Tabela 105 – Despesas de desenvolvimento pagas pelos mercados financeiros nacionais (%)

Ano	%
2015	18,5
2016	24
2017	13,8
2018	21,7
2019	22,1

Fonte: Ministério das finanças

Agenda 2063 África		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
20.1.2	Receitas fiscais totais em % do PIB	17.1.1	Total das receitas públicas em percentagem do PIB, por fonte (<i>ver tabela 78</i>)
20.1.3.a	Total da APD expressa em percentagem do orçamento nacional	17.3.1	Investimento direto estrangeiro (IDE), ajuda pública ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do orçamento nacional total (<i>ver tabela 80 e 81</i>)

OBJETIVOS SEM ALINHAMENTO:

Neste capítulo, serão apresentados os objetivos tanto das agendas 2030, como de 2063 sem alinhamento, nomeadamente o ODS 12 e os objetivos 10 e 11 da agenda 2063 para África.

OBJETIVOS NÃO APLICÁVEIS A CABO VERDE:

Alguns objetivos da agenda 2063 para África não foram abordadas neste relatório, visto que não se aplicam para o caso de Cabo Verde, nomeadamente:

Objetivo 8: Estados Unidos da África (Federais ou Confederados)

Indicador 36.a - Número de barreiras não tarifárias relatadas (NTBs)

Indicador 36.b - Número de barreiras não tarifárias (NTBs) eliminadas

Indicador 37 - Mudança no volume do comércio intra-africano por ano

Objetivo 9: Instituições Financeiras e Monetárias Continentais implementadas e funcionais

Indicador 38.a - Número de Estados Membros que ratificaram a Área de Livre Comércio Continental (ALCC)

Indicador 38.b - Número de Estados-Membros que submeteram a ZCLC

Indicador 39 - Número de países que ratificaram o Protocolo que estabelece o Fundo Monetário da União Africana

Objetivo 13: Preservação da Paz, Segurança e Estabilidade

Indicador 50 - Mortes relacionadas a conflitos por 100.000 habitantes

Objetivo 14: Uma África Estável e Pacífica

Indicador 51 - Número de conflitos armados.

Objetivo 15: Uma Arquitetura de Paz e Segurança (APSA) totalmente funcional e operacional

Indicador 52a - Existência de um Conselho Nacional de Paz

Indicador 52b - Número de diálogos nacionais realizados.



26 anos Apoinado Decisões